



Anais da Assembléia

Nº 095

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 1990

ANO XV

**4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 68.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 1990**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Pirajá Ferreira e Luciano Pizzatto.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Acir Mezzadri, Antônio Bárbara, Ezequias Losso, Lindolfo Júnior, Paulino José Delazeri (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 153/90

Curitiba, 20 de agosto de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que versa

sobre melhorias na remuneração dos integrantes do Magistério Estadual.

A presente proposta tem como principal objetivo amenizar a defasagem salarial em que se encontra a categoria do magistério, procurando um denominador comum que venha ao encontro dos anseios e necessidades da classe.

Partindo da premissa de que um piso salarial da forma manifestada pelos professores, se concedido, viria a implicar em pesado ônus aos cofres públicos, tornando impraticável a sua manutenção, chegou-se ao consenso de que, visando a recuperação gradativa dos salários, e, fundamentalmente, respeitando as condições financeiras do Governo Estadual e a dignidade do professor, a concessão de abono provisório, decrescente, de forma a melhorar os salários mais baixos, seria a maneira mais apropriada de se resolver o impasse.

O abono provisório, regulamentado pelo Decreto nº 7.083, de 12.07.90, passa, por esta proposta, a ser incorporado aos salários da Série de Classe "A", Nível de Vencimento "1", referências de 01 a 04, ficando calculada a Gratificação de Regência de Classe sobre este percentual.

O abono provisório que está sendo proposto integra, de forma decrescente, a Série de Classe "A", Nível de Vencimento "1", referências de 01 a 06, e as referências 01 e 02 da Série de Classe "B", Nível de Vencimento "2", e estende-se também aos professores de 1.^a a 4.^a séries, regidos pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, da forma disposta no art. 3º do Plano de Lei ora encaminhado.

O custo estimado da presente proposta é de, aproximadamente, Cr\$ 209.871.048,00 (duzentos e nove milhões, oitocentos e setenta e um mil e quarenta e oito cruzeiros).

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério Estadual ficam fixados, a partir de 1º de setembro de 1990, na forma da tabela anexa a esta Lei.

Parágrafo Único - Os valores constantes da tabela anexa, são resultantes de incorporação do abono provisório regula-

mentado pelo Decreto nº 7083, de 12 de julho de 1990.

Art. 2º - Aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério Estadual, fica concedido, a partir de 1º de setembro de 1990, abono provisório nas seguintes bases:

I - no valor de Cr\$ 2.055,22 (dois mil, cinqüenta e cinco cruzeiros e vinte e dois centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 1;

II - no valor de Cr\$ 1.729,64 (hum mil, setecentos e vinte e nove cruzeiros e sessenta e quatro centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 2;

III - no valor de Cr\$ 1.393,29 (hum mil, trezentos e noventa e três cruzeiros e vinte e nove centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 3;

IV - no valor de Cr\$ 1.045,84 (hum mil, quarenta e cinco cruzeiros e oitenta e quatro centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 4;

V - no valor de Cr\$ 686,92 (seiscientos e oitenta e seis cruzeiros e noventa e dois centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 5, referência 5;

VI - no valor de Cr\$ 316,23 (trezentos e dezesseis cruzeiros e vinte e três

centavos), aos integrantes da Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 6;

VII - no valor de Cr\$ 575,26 (quinhentes e setenta e cinco cruzeiros e vinte e seis centavos), aos integrantes da Série de Classe B, Nível de Vencimento 2, referência 1; e

VIII - no valor de Cr\$ 200,82 (duzentos cruzeiros e oitenta e dois centavos), aos integrantes da Série de Classe B, Nível de Vencimento 2, referência 2.

Art. 3º - Aos integrantes do Magistério contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho, que ministram aulas de 1ª a 4ª séries do 1º grau, código TF58-JA, será pago salário, a partir de 1º de setembro de 1990, com base no valor do vencimento dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, Série de Classe A, Nível de Vencimento 1, referência 3, a regência de classe e o abono provisório de que trata esta Lei.

Art. 4º - O abono tratado nos arts. 2º e 3º é vantagem autônoma e insuscetível de incorporação e não servirá como base de cálculo para concessão de quaisquer vantagens.

Art. 5º - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual, a partir de 1º de setembro de 1990, atingem, no mesmo percentual e data de vigência os valores contidos na tabela anexa a esta Lei.

Tabela a que se refere o art. 1º.

QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO										
REFERENCIA	1	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5				
1	9.866,45	11.346,41	13.615,69	15.658,05	18.066,76					
2	10.192,03	11.720,85	14.065,03	16.174,73	18.660,96					
3	10.528,38	12.107,66	14.529,17	16.708,52	19.214,83					
4	10.875,83	12.507,16	15.008,61	17.259,91	19.840,93					
5	11.234,75	12.919,92	15.503,91	17.829,47	20.543,89					
6	11.605,44	13.346,30	16.015,54	18.417,87	21.100,54					
7	11.988,49	13.786,70	16.544,07	19.025,68	21.879,40					
8	12.384,06	14.241,67	17.089,97	19.653,49	22.601,54					
9	12.792,75	14.711,64	17.654,00	20.302,00	23.347,36					
10	13.214,91	15.197,16	18.236,54	20.972,00	24.117,85					
11	13.650,96	15.698,61	18.838,36	21.664,09	24.913,71					

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário e convalidados os efeitos do Decreto a que faz referência o parágrafo único do art. 1º.

MENSAGEM Nº 154/90

Curitiba, 20 de agosto de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar os percentuais da Gratificação Policial Militar Especial de que trata o art. 89, item 3, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 7.434, de 29 de dezembro de 1980 e pela Lei nº 8.931, de 24 de janeiro de 1989, paga os Oficiais Superiores e Intermediários da Polícia Militar do Estado.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa, con-substancia atendimento a reivindicações dos Oficiais Superiores e Intermediários da Polícia Militar do Estado, conforme expediente do Comando Geral da Corporação, a mim encaminhado depois de analisado pelas Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda. Os novos percentuais para pagamento da gratificação em referência foram calculados em montantes necessários a fim de manter a remuneração dos referidos Oficiais em níveis assemelhados aos da atribuída aos Delegados de Polícia que, em razão da proposição submetida a este Poder Legislativo, através da Mensagem nº 143, de 30.07.90, visando alterar a Lei nº 9.105, de 23.10.89, que estabelece limites de remuneração aos servidores do Estado, virá, quando aprovada por esta Casa e transformada em lei, elevar o ganho mensal daqueles Delegados.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o art. 89, item 3, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 7.434, de 29 de dezembro de 1980 e pela Lei nº 8.931, de 24 de janeiro de 1989, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passa a ser, para os Oficiais Superiores e Intermediários, de acordo com os percentuais abaixo fixados: Coronel.....387,46%

Tenente Coronel.....387,45%
Major.....374,10%
Capitão.....374,09%

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1990, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 155/90

Curitiba, 20 de agosto de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar, a partir de 1º de setembro de 1990, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos do Quadro Geral do Estado, instituído pela Lei n. 7.424 de 17 de dezembro de 1980, bem como dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo. Dispõe ainda que o funcionário do Quadro Geral enquadrado na Tabela II, do Anexo II, da Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980, poderá integrar a Tabela I do referido Anexo, mediante opção definitiva a ser manifestada no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Os servidores do Quadro Geral do Estado, estatutários e celetistas, embora constituam um segmento representativo da força de trabalho, na medida em que totalizam 37.614 (trinta e sete mil, seiscentos e quatorze) servidores, que corresponde a 27% (vinte e sete por cento) desta, apresentam a menor média de remuneração dentre os quadros que compõem o Poder Executivo. Estes servidores que, atuando em todos os órgãos, representam a base da estrutura do Estado, não têm tido ao longo do tempo, representatividade que lhes assegure tratamento salarial adequado.

Por outro lado, quadros especiais têm conquistado uma série de benefícios de caráter corporativo, inclusive constitucionais, elevando desta forma suas médias de remuneração. Tais concessões têm acentuado ainda mais a defasagem existente entre estes Quadros e o Quadro Geral. Para corrigir tal distorção, é indicada uma adequação das tabelas do Quadro Geral, de forma a garantir para o mesmo, no mínimo a média da remuneração do Poder Executivo. Tal adequação virá corrigir a situação de injustiça hoje existente.

Além disto, em função da Política Salarial, até então adotada pelo Estado, o valor do salário mínimo supera os valores de 18 (dezoito) níveis salariais da tabela de 30 horas do Quadro Geral, caracterizando oficialmente uma distorção, inclusive sob o ponto de vista constitucional. Como

consequência, a proporcionalidade entre as tabelas de 30 e 40 horas, que deve ser 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) fica prejudicada, gerando

e Autárquica projetada para o mês de julho, considerando o reajuste salarial de 14,47 (quatorze vírgula quarenta e sete por cento).

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

A) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADRAO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	7.134,37	7.419,76	7.716,54	8.025,22	8.346,22	8.680,04	9.027,28	9.388,38	9.763,08	10.154,45	10.564
B	8.002,62	8.322,73	8.655,63	9.001,98	9.361,95	9.736,42	10.125,89	10.530,88	10.952,14	11.390,25	11.842
C	8.976,56	9.335,63	9.709,82	10.097,37	10.501,31	10.921,32	11.358,20	11.812,54	12.285,03	12.776,48	13.287
D	10.068,96	10.471,74	10.898,61	11.326,28	11.779,28	12.250,49	12.740,51	13.250,11	13.780,13	14.331,32	14.904
E	11.294,39	11.746,15	12.216,05	12.704,63	13.212,87	13.741,38	14.291,00	14.862,63	15.457,14	16.075,44	16.718
F	12.668,95	13.175,67	13.702,71	14.250,81	14.820,80	15.413,69	16.030,19	16.671,42	17.338,28	18.031,87	18.753
G	14.210,70	14.779,14	15.378,32	15.985,15	16.621,50	17.289,53	17.981,11	18.700,35	19.448,38	20.226,27	21.036
H	34.101,61	35.465,68	36.884,29	38.359,64	39.894,03	41.489,78	43.149,40	44.875,39	46.670,37	48.537,18	50.478
I	41.037,86	42.679,36	44.386,57	46.162,00	48.008,50	49.928,83	51.926,00	54.002,98	56.163,15	58.409,68	60.746

B) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

A	5.351,52	5.565,55	5.788,20	6.019,73	6.260,51	6.510,95	6.771,40	7.042,28	7.323,93	7.616,90	7.921
B	6.002,84	6.242,95	6.492,67	6.752,36	7.022,48	7.303,35	7.595,48	7.899,26	8.215,30	8.543,85	8.885
C	6.733,37	7.002,73	7.282,81	7.574,16	7.877,08	8.192,17	8.519,91	8.860,65	9.215,06	9.583,68	9.967
D	7.552,84	7.854,93	8.169,16	8.495,90	8.835,73	9.189,15	9.556,76	9.939,00	10.336,53	10.750,83	11.180
E	8.472,01	8.810,88	9.163,34	9.529,83	9.911,06	10.307,48	10.719,81	11.148,59	11.594,48	12.058,28	12.540
F	9.503,01	9.883,17	10.278,47	10.689,61	11.117,19	11.561,87	12.024,36	12.505,34	13.005,57	13.525,79	14.066
G	10.659,55	11.085,97	11.529,37	11.990,58	12.470,17	12.968,96	13.487,76	14.027,29	14.588,35	15.171,87	15.778
H	25.577,35	26.600,42	27.664,41	28.771,02	29.921,86	31.118,73	32.363,49	33.658,00	35.004,33	36.404,53	37.860
I	30.779,73	32.011,04	33.291,34	34.623,03	36.008,13	37.448,28	38.946,02	40.504,10	42.124,20	43.809,24	45.561

C) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

J	27.897,21	29.013,11	30.173,64	31.380,58	32.635,81	33.941,24	35.298,90	36.710,85	38.179,28	39.706,46	41.294,7
---	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------

justa insatisfação por parte dos servidores deste quadro.

Visando solucionar as situações acima expostas, sugere-se adequação das tabelas salariais do Quadro Geral (Estatutário e CLT), de forma a garantir no mínimo a média de remuneração dos demais quadros que compõem o Poder Executivo. Tal medida, manterá a estrutura das tabelas, recuperará a proporcionalidade entre as tabelas de 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas e ainda, corrigirá o achatamento dos níveis salariais que se encontram abaixo do valor do salário-mínimo.

O custo mês da proposta incluindo encargos sociais é de Cr\$ 299.970.800,00 (duzentos e noventa e nove milhões, novecentos e setenta mil e oitocentos cruzeiros) que corresponde a 4,7% (quatro vírgula sete por cento) do valor total da folha de pagamento da Administração Direta

Além disto, de forma a dar tratamento uniforme aos servidores de nível superior dos dois regimes que compõem o Quadro Geral do Estado, a exemplo dos servidores de nível médio, sugere-se também, alteração na vinculação entre as tabelas estatutário e CLT.

Para este fim, propõe-se que as classes H e I da tabela estatutária, atualmente vinculadas ao cargo CLT de Técnico II, passem a ser vinculadas, ao cargo de Técnico I. Tal medida, acarretará um acréscimo de custo da ordem de Cr\$ 8.249.970,00 (oito milhões, duzentos e quarenta e nove mil e novecentos e setenta cruzeiros), que representa 0,15% (zero vírgula quinze por cento) do valor da folha de pagamento da Administração Direta e Autárquica, e beneficia 1.504 (hum mil, quinhentos e quatro)

SALÁRIOS DE CARGOS CLT

ISIP/REF	A	B	C	D	E	F	G	H	L	M
PAO/REF	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	7.134,37	7.419,76	7.716,54	8.025,22	8.346,22	8.680,04	9.027,28	9.388,38	9.763,88	10.154,45
B	8.042,62	8.322,73	8.615,63	8.921,98	9.241,95	9.576,42	9.925,89	10.289,88	10.668,14	11.060,25
C	8.976,56	9.255,63	9.547,02	9.851,37	10.169,31	10.501,32	10.848,20	11.210,54	11.588,03	11.980,44
D	10.068,96	10.347,74	10.639,61	10.945,28	11.265,28	11.599,49	11.948,51	12.313,11	12.693,13	13.088,32
E	11.294,39	11.573,15	11.865,05	12.170,63	12.490,87	12.826,38	13.177,00	13.543,63	13.926,14	14.325,44
F	12.668,95	12.947,69	13.240,71	13.548,81	13.872,00	14.211,69	14.567,19	14.939,42	15.328,28	15.734,87
G	14.210,70	14.489,14	14.781,32	15.088,15	15.410,50	15.749,53	16.105,11	16.477,35	16.866,38	17.272,27
H-IV	19.567,89	19.846,65	20.140,65	20.450,26	20.776,69	21.119,35	21.478,64	21.845,03	22.229,07	22.631,22
H-III	23.548,02	23.827,93	24.122,55	24.433,31	24.760,87	25.105,78	25.468,77	25.840,58	26.231,12	26.641,18
H-II	28.337,66	28.617,21	28.917,06	29.237,04	29.578,11	29.940,33	30.314,81	30.702,68	31.105,11	31.532,40
H-I	34.101,61	34.381,68	34.682,29	35.004,64	35.349,03	35.716,87	36.108,60	36.525,89	36.969,37	37.440,18
I-IV	23.548,02	23.827,93	24.122,55	24.433,31	24.760,87	25.105,78	25.468,77	25.840,58	26.231,12	26.641,18
I-III	28.337,66	28.617,21	28.917,06	29.237,04	29.578,11	29.940,33	30.314,81	30.702,68	31.105,11	31.532,40
I-II	34.101,61	34.381,68	34.682,29	35.004,64	35.349,03	35.716,87	36.108,60	36.525,89	36.969,37	37.440,18
I-I	41.037,86	41.317,86	41.618,57	41.941,00	42.285,50	42.652,83	43.043,00	43.457,98	43.897,85	44.363,68

ISIP/REF	N	P	Q	R	S	T	X	K	Y	W	Z
PAO/REF	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
A	10.568,64	10.848,03	11.138,38	11.439,24	11.751,43	12.075,61	12.412,53	12.762,06	13.124,92	13.501,05	13.890,29
B	11.845,87	12.125,71	12.417,47	12.721,94	13.039,97	13.372,31	13.720,00	14.083,29	14.461,85	14.856,38	15.267,75
C	13.287,49	13.567,02	13.858,73	14.162,59	14.479,50	14.809,25	15.152,94	15.510,41	15.882,87	16.261,24	16.656,74
D	14.904,58	15.184,75	15.476,77	15.781,63	16.099,24	16.430,70	16.776,31	17.137,40	17.514,52	17.908,18	18.318,82
E	16.718,46	17.000,16	17.293,69	17.600,96	17.922,21	18.258,57	18.610,20	18.977,67	19.361,37	19.762,65	20.181,95
F	18.753,00	19.035,20	19.328,32	19.633,69	19.951,49	20.282,85	20.628,06	20.988,51	21.364,79	21.757,41	22.167,03
G	21.035,34	21.317,74	21.601,82	21.898,91	22.209,35	22.534,52	22.874,73	23.230,40	23.602,97	23.992,95	24.400,88
H-IV	28.965,31	29.247,91	29.532,84	29.831,61	30.144,69	30.472,50	30.815,56	31.174,41	31.549,61	31.941,71	32.351,36
H-III	34.856,86	35.139,11	35.423,15	35.719,49	36.028,61	36.351,00	36.688,04	37.040,21	37.408,09	37.792,21	38.193,22
H-II	41.946,73	42.229,61	42.514,54	42.812,35	43.123,51	43.448,59	43.788,18	44.142,81	44.513,11	44.900,71	45.305,27
H-I	50.478,67	50.761,81	51.047,73	51.347,05	51.660,32	51.987,18	52.328,11	52.683,71	53.054,68	53.441,65	53.845,33
I-IV	34.856,86	35.139,11	35.423,15	35.719,49	36.028,61	36.351,00	36.688,04	37.040,21	37.408,09	37.792,21	38.193,22
I-III	41.946,73	42.229,61	42.514,54	42.812,35	43.123,51	43.448,59	43.788,18	44.142,81	44.513,11	44.900,71	45.305,27
I-II	50.478,67	50.761,81	51.047,73	51.347,05	51.660,32	51.987,18	52.328,11	52.683,71	53.054,68	53.441,65	53.845,33
I-I	60.746,03	61.030,89	61.327,95	61.637,86	61.961,20	62.298,58	62.650,51	63.017,61	63.400,51	63.800,05	64.217,01

servidores ativos e inativos.

Se acatadas ambas as proposições, o custo total da proposta será de Cr\$ 308.220.700,00 (trezentos e oito milhões, duzentos e vinte mil e setecentos cruzeiros) que corresponde a 4,9 (quatro vírgula nove por cento) do valor da folha de paga-

mento.

Saliente-se que, embora a proposta não chegue a representar nem 5% (cinco por cento) da folha de pagamento do Estado, ela proporcionará um impacto positivo na clientela atingida, minimizando o grau de insatisfação dos servidores pertencentes

ao Quadro Geral do Estado.

Por outro lado o anteprojeto de lei em referência, atendendo antiga reivindicação de grande número de servidores públicos, contém dispositivos segundo os quais o funcionário do Quadro Geral, enquadrado na Tabela II, do Anexo II, da Lei n. 7.424/80, poderá, mediante opção definitiva no prazo estipulado, integrar a Tabela I, do referido Anexo. Tal medida, além de atender anseios do funcionalismo, virá propiciar, a pequenos custos, maior eficiência do serviço público, sem necessidade de novas contratações de pessoal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As tabelas de vencimentos dos cargos efetivos do Quadro Geral do Estado, instituído pela Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980, bem como dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, ficam alteradas, a partir de 1º de setembro de 1990, na forma dos anexos integrantes desta Lei.

Parágrafo Único - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual, a partir de 1º de agosto de 1990, atingem, no mesmo percentual e data de vigência os valores contidos nas Tabelas a que alude o "caput" deste artigo.

Art. 2º - O funcionário do Quadro Geral enquadrado na Tabela II, do Anexo II, da Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980, poderá integrar a Tabela I do referido anexo, mediante opção definitiva a ser manifestada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação do regulamento a que alude o § 2º, deste artigo.

§ 1º - A integração a que se refere este artigo será efetivada a partir do decurso do prazo referido no "caput".

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 156/90

Curitiba, 20 de agosto de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar, conforme especifica, as tabelas de vencimentos dos cargos de provimentos em comissão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, assim como adotar outras providências.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa, consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Administração, os quais me foram encaminhados através do Ofício n. 1.339/90, do Titular daquela pasta, com a Exposição de Motivos adiante transcrita:

"Os cargos em comissão do Poder Executivo Estadual destinam-se ao assessoramento direto ao Governador, e aos Secretários de Estado.

Em vista da relevância destes na estrutura que compõe o quadro de cargos da Administração Direta e Autárquica, necessário se faz que a remuneração esteja adequada às funções desempenhadas.

A remuneração destes cargos sofreu ao longo dos últimos anos, por decorrência do alto índice inflacionário, desgaste pecuniário, tornando-a irrisória perante os salários pagos aos integrantes de Quadros Próprios do Poder Executivo.

Portanto, para este fim, propõe-se a elevação de 30% (trinta por cento) da remuneração dos referidos cargos, o que elevará a média de Cr\$ 32.342,00 (trinta e dois mil, trezentos e quarenta e dois cruzeiros) para Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros).

O custo mês da proposta é de Cr\$ 35.282.420,00 (trinta e cinco milhões, duzentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e vinte cruzeiros), abrangendo 3.741 (três mil, setecentos e quarenta e um) cargos ativos e inativos."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos em comissão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ficam fixados na forma da tabela que constitui o Anexo I, desta Lei.

Art. 2º - Os valores da Gratificação de Representação de Gabinetes dos cargos em comissão de Chefe de Grupo Setorial, Assistente Técnico do Grupo Setorial e de Chefe de Centro de Comunicação, ficam fixados conforme o constante do Anexo II, desta Lei.

Art. 3º - O nível de vencimentos do

cargo em comissão de Diretor da Coordenação da Receita do Estado, "CRE", Categoria "A", fica fixado em Cr\$ 16.852,26 (dezesseis mil, oitocentos e cinquenta e dois cruzeiros e vinte e seis centavos).

Art. 4º - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual, a partir de 1º de agosto de 1990, atingem, no mesmo percentual e data de vigência, os valores contidos no Anexo I, no Anexo II, e no valor definido no art. 3º, desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o "caput" do art. 1º, da Lei n. 9.108, de 03 de novembro de 1989 e demais disposições em contrário.

ANEXO I

a que se refere o art. 1º.

SÍMBOLO	VENCIMENTO
DAS-1	38.395,12
DAS-2	35.198,23
DAS-3	32.468,89
DAS-4	28.757,12
DAS-5	25.939,06
1 - C	14.206,71
2 - C	13.120,59
3 - C	12.111,74
4 - C	11.187,33
5 - C	10.497,42
6 - C	9.850,32
7 - C	9.244,85
8 - C	8.680,93
9 - C	8.143,58
10 - C	7.642,95
11 - C	7.244,81
12 - C	6.866,02
13 - C	6.508,39
14 - C	6.170,34
15 - C	5.866,97

ANEXO II

a que se refere o art. 2º.

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE

CARGO	VALOR
Chefe de Grupo Setorial	25.722,99
Assist. Técnico de Grupo Set....	23.164,66
Chefe de Centro de Comunic.	10.438,56

A Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO N° 142/90

Curitiba, 02 de julho de 1990.
Senhor Deputado.

Através de manifestação subscrita por Vossa Excelência, endereçada a esta Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, solicitou-se a interfe-

rência deste órgão junto à Secretaria de Estado da Comunicação Social, no sentido de obter certidão, que precedentemente havia sido recusada, sobre as despesas efetuadas pelo Poder Executivo Estadual nos meios de divulgação de massa, no período assinalado.

Para a informação de Vossa Excelência, esclarecemos que, de imediato, foram empreendidas as medidas compatíveis, dentre elas a requisição legal de tais informes, o que não foi atendido a contento pelo eminente titular daquela Pasta.

Em face destes precedentes e da sua natureza, encaminhamos, nesta data, a íntegra do pleito ao Senhor Procurador Geral da Justiça, para as providências legais cabíveis na espécie.

Limitados ao presente, renovamos a Vossa Excelência as nossas expressões de distinta consideração.

(aa) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO
LINEU WALTER KIRCHNER
MARCO ANTONIO TEIXEIRA
Promotores de Justiça

OFÍCIO N° 34/90

Curitiba, 02 de março de 1990.
Senhor Deputado.

Cumpre-nos informar a Vossa Excelência que esta Promotoria de Justiça encaminhou expediente, em data de 1º de março p.p., ao Senhor Secretário de Estado da Comunicação Social, requisitando, na forma da lei, fossem fornecidas certidões ilustrativas dos gastos do erário estadual junto aos meios de comunicação social.

Confiemos ter, deste modo, avançado no sentido de resguardar o direito à obtenção de certidão a esse respeito, inatendido pela Administração, conforme enunciado por Vossa Excelência.

Apresentamos, nesta ocasião, nossas expressões de distinto apreço.

(aa) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO
LINEU WALTER KIRCHNER
MARCO ANTONIO TEIXEIRA
Promotores de Justiça

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2036
Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 164/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o Município de ITAPERUÇU, desmembrado do Município de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2057
Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 406/90, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de YOLANDA, com território desmembrado do Município de Ubiratã e divisas que especifica.

Requer-se ainda, que a Assembléia seja constituída em Comissão Geral de Plenário, para analisar e dar parecer ao referido projeto.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2056

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 403/90, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de ALTO SÃO JOÃO, com território desmembrado do Município de Roncador e divisas que especifica.

Requer-se ainda, que a Assembléia seja constituída em Comissão Geral de Plenário, para analisar e dar parecer ao referido projeto.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2048

Senhor Presidente.

O Deputado DAVID CHERIEGATE, ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário, Preferência de Votação ao Projeto de Lei n° 424/90, que cria o Município de RAMILÂNDIA, desmembrado do Município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 2047

Senhor Presidente.

O Deputado DAVID CHERIEGATE, ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário, Preferência de Votação ao Projeto de Lei n° 371/90, que institui a Região Metropolitana de Cascavel, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 2046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de

Resolução n° 81/90.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, dispensa de discussão e votação da Redação Final aos Projetos aprovados em 3.ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 338/90, constante da Ordem do Dia de hoje, em 3.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 102/90, constante da Ordem do Dia de hoje, em 2.ª Discussão, para que se possam complementar informações a respeito da matéria.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - II da Saúde, a fim de apurar irregularidades na Pasta e uma auditoria pelo Governo Federal, nos seus respectivos programas e convênios executados pela SE-SA.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoio: Nereu Carlos Massignan, Haroldo Rodrigues Ferreira, Luiz Carlos Alborghetti, Paulo Furiatti, Luciano Pizzatto, Ferrari Júnior, Antônio Annibelli, Rubens Bueno, David Cheriegate, Nelson Vasconcellos, Raul Lopes, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Tadeu Lúcio Machado, João Arruda, Hermas Brandão, Pedro Tonelli e Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

Discordado este Parlamentar, pelo encerramento da CPI da Saúde, sem as devidas

explicações aos setores envolvidos e principalmente à opinião pública, voltamos a insistir para que seja justificado pelo atual titular da Secretaria de Estado da Saúde com relação às denúncias oferecidas pelo Presidente da Associação Médica Brasileira aos órgãos de imprensa estadual e nacional.

REQUERIMENTO N° 2059

Senhor Presidente.

REQUEIRO votação nominal e decisão da questão da ordem sobre a CPI da Saúde.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 2065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35 do Regimento Interno, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 401/90, de minha autoria, que denomina Ulysses Viganó, a rodovia que liga o Município de Marmeleiro a Campo-Erê-SC.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 2064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o duto plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 97/90, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de SÃO CRISTÓVÃO.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2063

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 095/90, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, pertencente ao Município da Lapa.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o duto plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 430/90, que cria "ad referendum" do resultado de plebiscito, o Município de SÃO CRISTÓVÃO.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o duto plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 429/90, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CAFEZAL, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o duto plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 428/90, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO PRÓ-CIRCULAÇÃO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o duto plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 437/90, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor PAULO VIRIATO CORRÊA DA COSTA.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO N° 2035

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para discussão e apreciação do Projeto de Lei nº 164/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o Município de ITAPERUÇU, desmembrado do Município de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2027

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado que este subcreve, e com fundamento no art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer aos Projetos de Lei nºs 421/90 e 422/90, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO N° 2037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo passamento do Dr. GUMERCINDO ANTUNES MACHADO, ocorrido no dia 13 de agosto de 1990. Era professor aposentado, foi chefe deste gabinete parlamentar durante três anos, grande e insubstituível companheiro.

Sendo assim, é justo que a Assembléia Legislativa do Paraná associe-se à dor da família enlutada, transmitindo-lhe as condolências deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO N° 2039

Senhor Presidente.

Para fins de atuação parlamentar, REQUEIRO, após manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Engenheiro Antônio Celso Ferreira Júnior, MD Chefe da Divisão dos Serviços de Transporte Comercial, solicitando cópia do contrato de concessão da Linha de Transporte Coletivo Curitiba - Rio Branco do Sul, à Viação do Sul Ltda.

Outrossim, requeiro o envio de cópia deste expediente ao Presidente do Sindicato do Cimento, de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 2054

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo

Sr. Governador do Estado, o requerimento em anexo, da Câmara Municipal de Campo Mourão, proposto pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, com o apoio desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2053

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente oficial deste Poder à FUNDEPAR, solicitando a construção de uma sala de aula para excepcionais, no Município de Fênix.

Outrossim, informamos que a referida construção poderá ser executada nas dependências da Creche ou do Rotary local.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2052

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente oficial deste Poder à FUNDEPAR, solicitando a construção do muro ao redor do Colégio Osvaldo Cruz, do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do professor universitário TOSHIKI SAITO.

Da decisão desta Casa, requer, outrossim, se dê ciência à família enlutada, na pessoa da viúva Dagler Fran Saito, à Rua Major Vicente de Castro, 514, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

A comunidade nipo-brasileira do Paraná e os meios estudantis e universitários do Estado perderam, na pessoa do professor Toshiaki Saito, uma figura da maior expressão humana. Vítima de insidiosa doença, ele faleceu aos 56 anos, deixando, porém, um exemplo de trabalho e dedicação incomum.

Toshiaki Saito era titular do Departamento de Psicologia do Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, em cuja instituição também criou o Curso de Língua Japonesa, na modalidade instrumental. Além de ter

sido professor do 2º grau, criou a Casa do Japão e teve papel de realce nas Universidades Volantes em Cascavel, Paranavaí e Campo Mourão, bem como nos Cursos de Verão.

Nascido na cidade de Onda Verde (SP), ele exercia, apesar de doente, a coordenação dos convênios que a UFPR mantém com suas congêneres japonesas, as Universidades de Sofia, Takushoku e Okayama. Também teve papel destacado na implantação e no desenvolvimento do Programa de Microbacias no Paraná.

Saito deixou viúva e quatro filhos, além de uma legião de amigos.

REQUERIMENTO N° 2031

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER à Casa, no exercício de suas prerrogativas regimentais, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALBERTO RIBEIRO, ocorrido na última semana, em nossa Capital.

Requer mais, que da manifestação desta Casa se dê conhecimento à família enlutada no endereço anexo.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Alberto Ribeiro era procurador da Justiça aposentado e pertencia a um tronco tradicional de Paranaguá, desaparecendo aos 73 anos. Deixa viúva a Senhora Ruth Pereira Ribeiro, além de três filhos: as Sras. Maria Rita Ribeiro Girolto, casada com o Sr. Aldo Girolto e Maria Luiza Ribeiro Amatuzzi, casada com o Senhor Milton Sérgio Julião Amatuzzi; além do Sr. José Alberto Pereira Ribeiro, engenheiro civil e presidente da Associação Paranaense de Empreiteiros de Obras Públicas e Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2033

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo Votos de Congratulações ao Delegado APRÍGIO CARDOSO.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Delegado de Polícia do Paraná, Dr. Aprígio Cardoso, foi uma das personalidades brasileiras convidadas a participar do encontro para a elaboração de uma cartilha destinada a esclarecer as autoridades sobre a maneira correta de tratar do problema do menor de idade. A reunião foi

patrocinada pela UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Essa cartilha deverá ser distribuída a todas as autoridades brasileiras que têm responsabilidades com relação ao menor de idade, aos quais estarão sendo obrigadas a dispensar uma atenção a partir do próximo dia 12 de outubro, quando entra em vigor o Estatuto da Criança, recentemente sancionado pelo presidente Fernando Collor, depois de aprovado pelo Congresso Nacional. Com o estatuto, desaparece a figura do menor, passando a existir em seu lugar a criança, até os 12 anos de idade e o adolescente, até os 18 anos de idade.

É importante destacar que o convite feito ao delegado Aprígio prende-se ao fato de que, quando era titular da Delegacia de Proteção do Menor de Curitiba, ter elaborado um vídeo sobre o tratamento dispensado ao menor de idade pela polícia do Paraná. Esse vídeo foi escolhido pela Unicef como exemplo de bom atendimento prestado à criança, sendo divulgado para outros países, especialmente os de língua espanhola.

Posteriormente, foi traduzido para francês e inglês. Esta cartilha é muito importante para esclarecer devidamente não só as autoridades policiais, como responsáveis pelos setores da educação e da saúde, os quais estão sujeitos, inclusive, a cumprir severas penas de detenção caso não venham a cumprir com suas obrigações com relação à criança e ao adolescente.

Dessarte, não há como o Poder Legislativo do Paraná deixar de cumprimentar esse grande valor do nosso Estado. Como órgão, no Estado, encarregado da discussão e elaboração das leis afetas à política do menor, dentre outras, não pode o Poder Legislativo deixar de reconhecer o mérito do delegado Aprígio Cardoso no trabalho executado.

A carência de uma lei moderna para o menor muito tempo suscitou, no Brasil, injustiças e crueldades. A sua implantação há de ser cuidadosa, para que signifique avanços, e é exatamente aí que o trabalho do delegado Aprígio toca, com grande propriedade, razão pela qual, é grande merecedor de nosso respeito e grande admiração.

Que do presente se dê ciência ao Delegado Aprígio Cardoso, ao Secretário de Segurança Pública, ao Governador do Estado e à Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2041

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares:

Considerando constar na opinião pública que o Senhor Secretário dos Transportes, teria se utilizado de veículo

público, colocado à sua disposição, para transporte pessoal até seu domicílio, e que, este veículo teria sido utilizado irregularmente, tendo o motor fundido, em sua propriedade, situada na região de Ivaiporã por isso, teria sido transportado em um caminhão do DER;

- Considerando que o fato, teria ocorrido no mês de maio, pouco após a investidura do atual titular da Pasta dos Transportes, e o veículo acidentado, seria uma viatura marca Chevrolet;

- Considerando que ocorrências dessa natureza, têm sido seguidamente trazidas a público, em relação a atual Administração Estadual.

REQUER:

Sejam solicitadas, ao Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil, informações sobre a veracidade dos fatos e, caso se confirme, quais as providências adotadas pelo Poder Executivo, para ressarcimento das despesas incorridas pelos cofres públicos e eventuais sanções a quem de direito.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2050

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, informações se o Estado do Paraná, vem recolhendo o imposto que incide sobre as Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), nas operações financeiras do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A medida provisória n° 195, de 30 de junho de 1990, editada pelo Governo Federal instituiu a incidência do imposto sobre Operações Financeiras (IOF), de até 1,5% (um e meio por cento) ao dia para as operações desenvolvidas no mercado aberto, com lastro em títulos públicos e privados.

A nova incidência tributária foi exigida a partir do dia 25 de julho de 1990, e sobre o resgate ou cessão de títulos emitidos após a referida data, assim como sobre o resgate ou cessão de títulos que tiverem sido emitidos antes da supracitada data, mas negociados, após ela; ou, ainda sobre a liquidação de aplicações financeiras que forem começadas após essa data.

Disposição essa expressa no art. 7° e seus incisos, do Decreto n° 99.374, de 09 de julho de 1990, que regulamentou a Medida Provisória n° 195/90.

Todavia a Lei Maior de 1988, em seus artigos 150 e 151, veda à União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de tributos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos entes públicos;

Art. 151 - inciso II - Tributar a ren-

da das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

Em razão disso já se começam a ajuizar Mandados de Segurança, através do Ministério Público contra a Receita Federal e o Banco Central solicitando, além da isenção do imposto, a devolução do dinheiro já arrecadado.

Diante disso, requeremos informações do Governo do Estado do Paraná se está sendo recolhido esse tributo e na afirmativa, por que o Ministério Público ainda não ajuizou ação contra a Receita Federal e o Banco Central, pedindo a isenção do imposto e a devolução do dinheiro arrecadado.

REQUERIMENTO N° 2034

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário e com fulcro nas suas prerrogativas regimentais e constitucionais, o envio à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

01. Onde serão aplicados e obedecendo a quais critérios os recursos repassados à FASPAR (Fundação de Ação Social do Estado do Paraná) através do Decreto 7186, de 02 de agosto próximo passado?

02. Anteriormente a este, houve outras aberturas de crédito ao orçamento da FASPAR?

2.1. Quando? Quais os valores e distribuídos segundo quais critérios?

03. Os pedidos de benefícios para paranaenses carentes, encaminhados à FASPAR, serão atendidos com os recursos destinados pela LOTOPAR?

04. De que forma têm sido distribuídos estes benefícios? Quantas solicitações, partidas da Assembléia Legislativa, foram atendidas (citando nome dos Deputados contemplados, benefício e datas)?

05. Qual a forma adotada pela FASPAR para recebimento de solicitações de benefícios para paranaenses carentes (cadeiras de rodas, aparelhos auditivos, próteses, etc) e como eles têm sido atendidos? (citar valores e número de atendimentos).

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Consoante dispõe a Constituição do Estado do Paraná e também a Federal, a função fiscalizadora, na administração pública, é atribuição legítima do Poder Legislativo.

Muito embora a Assistência Social não

seja função latente da Assembléia Legislativa, pela dimensão do problema social em nosso País, e pela falha na política de ação social do Governo, diariamente a Assembléia dá lugar a uma peregrinação de paranaenses pobres, implorando aos Deputados auxílio para operação, internamento, cadeira de rodas, aparelho de surdez, prótese, quando do início do atual Governo e criação da Fundação de Ação Social do Paraná, FASPAR, houve a declaração de que a partir daquele momento toda a política de ação social do Estado seria centralizada naquele órgão.

Criou-se, inclusive, um sistema através do qual os Deputados Estaduais encaminhavam as solicitações de benefícios à FASPAR (Anexo I). Entretanto, das dezenas de pedidos que o Parlamentar subscritor encaminhou, pouquíssimos ou quase nenhum foi atendido. A alegação, sempre a mesma: "Não há dotação orçamentária que viabilize o pleito".

Entretanto, a contradição aparece estampada nas páginas discretas do Diário Oficial do Estado, o Governador do Estado, por decreto, no dia 02 de agosto, abre um crédito suplementar no orçamento da FASPAR (Fundação de Ação Social do Paraná) de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinqüenta milhões de cruzeiros), proveniente de excesso de arrecadação em recursos próprios da Fundação de Ação Social do Paraná, resultantes da transparência de recursos do serviço de Loterias do Estado do Paraná, SERLOPAR.

Diante disto e do claro confronto de informações, espera o Deputado autor do requerimento receber da Secretaria de Justiça, Trabalho e Ação Social as devidas informações, inclusive, sobre a forma como a FASPAR vem tratando as solicitações de benefícios e, especialmente, as solicitações dos Deputados Estaduais.

A FASPAR é um órgão do Estado do Paraná, não do atual Governo, e por isto deve atender a todos os Deputados, indiscriminadamente. Somente o cruzamento das informações da FASPAR com as solicitações da Assembléia poderá comprovar isto.

O presente requerimento, em hipótese alguma, levanta dúvidas sobre a gestão do Secretário Profº Odeni Villaca Mongruel. Antes, pelo contrário, constitui-se numa inegável oportunidade de dar transparência à forma como aquela fundação vem sendo conduzida nos últimos três anos e meio.

Da mesma forma, acompanha-nos a fé de que os recursos ora passados à FASPAR e os que anteriormente e posteriormente porventura foram ou venham a ser transferidos possibilitem o atendimento aos paranaenses carentes, que esperam da FASPAR benefícios para lhes facilitar a vida e garantir a cidadania plena, sem limitações.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 442/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica reconhecida como entidade de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Estética e Cosmetologia - APECO.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

A entidade é de reconhecida importância e de real utilidade para a comunidade paranaense de vez que no seu funcionamento prevê ações sociais diretamente dirigidas à população.

Reúne no seu quadro, profissionais da área de saúde, estética, bioquímica, fisioterapia, e todos aqueles que exerçam atividades relacionadas com o tratamento estético-corporal.

PROJETO DE LEI Nº 443/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É criado o Pólo Estadual de Desenvolvimento Industrial de Santa Helena/Pr., a ser implantado naquele Município, até 1991, com recursos do Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º - A origem dos recursos e as disposições para o seu efetivo funcionamento serão determinados em Mensagem do Poder Executivo, de forma adequada ao potencial de suas condições.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamento: Ferrari Júnior, Nelson Vasconcellos, Rubens Bueno e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O franco desenvolvimento econômico que Santa Helena/Pr. vem experimentando ao curso desta década, está a merecer, nesta quadra, especial e urgente atenção da parte do Governo do Estado.

São evidentes os benefícios sociais que a medida acarretará no sentido de desaquecer a oferta de mão-de-obra que, mais e mais vem crescendo, sem nenhuma perspectiva de solução; o aproveitamento de um enorme contingente de riquezas econômicas, relegadas ao plano secundário, por consequência do elevado custo que demandaria o seu deslocamento a pólos de desenvolvimento por mais próximos que sejam; enfim, ensejaria um futuro mais promissor àquele e

a todos os outros Municípios que o circundam, ou sejam Diamante D'Oeste, Missal, São José das Palmeiras e Entre Rios.

Santa Helena/Pr. tem localização geográfica privilegiada, sendo, naturalmente, o centro de uma região de grande expressão econômica e agrícola. A criação do Pólo, sugerida pelo Projeto, além do benefício direto ao povo do Município, gerará uma descentralização administrativa, levando os benefícios direto do Governo para toda a região.

PROJETO DE LEI N° 444/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança do Município de Santa Helena/Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) GERNOTE KIRINUS

Apoiamento: Cândido Bastos, Neivo Beraldin, Sabino Campos, Artagão Mattos Leão e José Felinto.

JUSTIFICATIVA:

Ao montarmos e apresentarmos este projeto de lei, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Santa Helena, nada mais fazemos do que estarmos reconhecendo e apoiando esta entidade que se ocupa em promover a segurança, o bem comum e o melhor viver junto aos munícipes Santa Helenenses.

Os Serviços prestados, como vem sendo desenvolvido pelo Conselho precisa contar com nosso apoio e estímulo necessário para melhor desenvolver seus objetivos.

PROJETO DE LEI N° 445/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Hamilton Ribeiro.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

O jornalista José Hamilton Ribeiro pode ser definido como um trabalhador incansável de reportagem. A comprovação de sua luta diária na inovação dos veículos de comunicação social do país está mais do que evidente em seu longo curriculum profissional, que ultrapassa barreiras regionais e coloca em evidência a sua luta constante, para mostrar o povo, a terra que faz a nossa verdadeira história.

Há pouco tempo, cerca de 4 anos, José Hamilton Ribeiro em meio a uma reportagem sobre os tradicionais moinhos coloniais, acabou adquirindo um moinho velho e desabado em Agudos do Sul. Colocou o moinho em pé e hoje confessa emocionado que se admira vendo-o fazer farinha, biju, fubá, quirera e farelo. "Agora sou também paranaense", afirma.

Por isso, nada mais justo que o Poder Legislativo venha prestar sua reverência a esse jornalista paulista, que já recebeu seis prêmios Esso e que continua atuando com toda a sua força para divulgar constantemente a luta dos homens do Pantanal, defendendo a fauna, as paisagens, resgatando a viola de cocho, caçando a onça ou mesmo registrando o nosso artesanato. E mesmo assim diz que "a melhor reportagem é a que ainda não fiz".

PROJETO DE LEI N° 446/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1° - Fica denominada "Escola Estadual Professora Ivone Soares Castanharo - Ensino de 1° Grau", a Escola Estadual "Jardim Tropical", Ensino de 1° Grau, criada através da Resolução n° 430787, no Município de Campo Mourão.

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) NAMIR PLACENTINI

PROJETO DE LEI N° 447/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Ficam proibidas no território estadual, a fabricação, a comercialização, a distribuição ou a veiculação de símbolos, emblemas, propagandas, ornamentos ou distintivos que ostentem a cruz suástica ou gamada ou que induzam a preconceito de raça, cor, credo e sexo.

Parágrafo Único - A propaganda a que se refere o "caput" deste Artigo abrange:

- I - panfletos;
- II - "out-doors";
- III - cartazes;
- IV - realizada em táxis, ônibus ou caminhões;
- V - plásticos e adesivos para uso em veículos;
- VI - publicações, periódicas ou esporádicas.

Art. 2° - A desobediência ao disposto nesta Lei implicará na instauração de procedimento administrativo para a cassação da inscrição estadual junto a Secretaria da Fazenda Estadual.

Art. 3° - Esta Lei entra em vigor na

data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

A matéria de que trata este Projeto de Lei está prevista nos seguintes dispositivos da Constituição:

- artigo 1º, "caput" e V;
- artigo 5º, "caput" e IV, VIII e IX;
- artigo 22, "caput" XXIX;
- artigo 24, "caput" e V;
- artigo 170, "caput" e parágrafo único.

Os símbolos, emblemas, ou quaisquer outros objetos que possam induzir em qualquer tipo de preconceito é ainda hoje nódoa em toda a nação civilizada e educada. Os judeus, por exemplo, tem na cruz suástica a lembrança dos tempos bárbaros de Hitler, em que milhares de judeus foram mortos nos campos de concentração nazistas.

Se não bastasse, há a indução de preconceito contra outras minorias, em que nossos dias já não o são, como às mulheres, aos negros, aos idosos e assim por diante.

Não se pode admitir, quando caminhamos para a entrada do ano 2.000, milênio este que como muitos prevêem como a paz, união e amor entre os povos, que haja estes ranços culturais que vem macular a grande máxima de que todos são iguais.

O princípio da igualdade cantado em prosa e verso, máxime da queda da Bastilha, e preconizado nas constituições democráticas, quiçá parodiando o Profeta Maior de "amai a teu semelhante como a ti mesmo", não tem sido respeitado como direito costumeiro necessitando de haver previsão escrita, bem como, instrumentos de aplicabilidade, que um dia não muito longe, almejamos todos nós que as palavras não serão necessárias e os instrumentos para o cumprimento das mesmas, tornar-se-ão obsoletos.

Enquanto isto não ocorre, nós como representantes do povo, das minorias, encarregados de promover a igualdade e dar à sociedade os instrumentos necessários para o cumprimento dos direitos primários dos cidadãos, através desta Lei, tentaremos minorar esta grande nódoa que é o preconceito racial.

O Código de Propriedade Industrial, determina em seu artigo 65:

"Art. 65 - Não é registrável como marca...

3) expressão, figura ou desenho contrário à moral e aos bons costumes e os que envolvem ofensa individual ou atentem contra culto religioso ou idéia ou sentimento digno de respeito e veneração".

Assim sendo, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação dos nobres pares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A nossa recente Constituição Estadual, Capítulo 4º, trata das funções essenciais da Justiça e a Seção 1ª do Ministério Público, o artigo 114 diz:

"O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

É a defesa, portanto, no último item, dos direitos individuais indisponíveis.

Um dos princípios desta instituição é a sua independência funcional, parágrafo 1º:

"São funções institucionais do Ministério Público", artigo 120, inciso 5, "expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos, para instruí-los na forma da Lei Complementar respectiva".

Inciso II: "Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados na Constituição Federal e nesta, promovendo as medidas necessárias à sua garantia".

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se inicio estas minhas considerações abordando as competências e as atribuições do Ministério Público, o faço na condição de Parlamentar e de cidadão paranaense, porque considero-me atingido no meu direito de informação, no meu direito de petição aos órgãos públicos deste Estado.

Não vou falar da ação popular que impetrei há dois anos atrás, quando argumentei que o Governador Álvaro Dias se promovia, através de símbolos e imagens na propaganda de televisão e de jornais. Decorridos dois anos esta ação ainda não foi julgada, embora o próprio Ministério Público tenha recorrido ao Tribunal de Justiça. E esta ação não foi julgada, sobre o argumento do Juiz, de que não poderia conceder liminar, porque o processo não vinha instruído com as certidões dos contratos de publicidade da Secretaria de Comunicação Social.

Muito bem, fundamentado neste despa-

cho, requeri, como cidadão e Deputado Estadual, ao Secretário da Comunicação Social, no dia 12 de maio de 1989, às 12:00 horas; no dia 12 de maio de 89, às 10:00 horas, que me fossem fornecidas as certidões e informações a respeito dos administrativos que determinaram a veiculação de tais periódicos no período de 15 de março de 87 até 12 de maio. Este documento não foi atendido pela Secretaria de Comunicação Social sobre os mais diversos e espúrios argumentos. Em razão disto, de o cidadão Nereu Massignan não ter sido atendido no direito de petição, encaminhei outra petição, desta vez à Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais de Acidentes do Trabalho e da Reparação do Dano Resultante de Crime, nos seguintes termos:

(Lê):

"NEREU CARLOS MASSIGNAN, brasileiro, casado, deputado estadual, residente e domiciliado à Rua Ernesto de Araújo, 170 - Curitiba (PR), expõe e requer o seguinte:

I - Em 12 de maio de 1989, por seus advogados (doc. 1) requereu ao Senhor Secretário de Estado da Comunicação Social "certidões e informações sobre os contratos firmados pelo Estado do Paraná com agências de propaganda e/ou com emissoras de rádio e televisão, vem como certidões e informações a respeito dos atos administrativos que determinaram a veiculação de tais publicidades.... no período de 15.03.87 até a presente data (12.05.89 - v. doc. 1).

II - O requerimento protocolado sob n° 313.255.2, às 10:00 horas do dia 12.05.89 mereceu parecer do Diretor Geral da Secretaria, Ricardo Causian Netto, em 20.05.89 (doc. 2). Notificado do parecer, conforme despacho do Dr. WAGNER PACHECO (doc. 2), o requerente deu os esclarecimentos reiterando em resumo o que fora objeto de sua solicitação original (v. doc. 3), resposta protocolada no dia 08.06.89.

III - Pois bem, recebeu o requerente informação do citado Procurador (doc. 4) onde conclui:

"O tema está subjudice, em discussão nos autos da apelação cível n° 1095/89, distribuída no T.J. ao órgão especial, tendo como relator o Des. Troiano Neto e como relator o Des. Ronald Accioly. Aguarde-se, no arquivo, o julgamento do recurso".

IV - Senhor Promotor: como o objeto de meu requerimento tem "a finalidade de propor futura ação popular (v. doc. 1, in fine), a conclusão do Procurador Geral tem objetivo de negar a informação."

Assim, no resguardo dos meus direitos constitucionais solicito a interferência desta Promotoria, para que no prazo constitucional e da Lei 4747/65, art. 1°,

§ 4°, seja por parte da Secretaria da Comunicação Social atendido o que foi requerido, sob pena de responsabilidade constitucional e legal que o Ministério Público promoverá e que o subscritor desde já requer.

P. Deferimento

Curitiba, 20 de fevereiro de 1990.

Nereu Carlos Massignan

Deputado Estadual"

No dia 02 de março a Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais me encaminhou o ofício 34/90 nos seguintes termos:

(Lê):

"Cumpre-nos informar a Vossa Excelência que esta Promotoria de Justiça encaminhou expediente, em data de 1° de março p. p., ao Senhor Secretário de Estado da Comunicação Social, requisitando, na forma da lei, fossem fornecidas certidões ilustrativas dos gastos do erário estadual junto aos meios de comunicação social.

Confiemos ter, desde modo, avançado no sentido de resguardar o direito à obtenção de certidão a esse respeito, inatendido pela Administração, conforme enunciado por Vossa Excelência.

Apresentamos, nesta ocasião, nossas expressões de distinto apreço.

(aa) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO

Promotor de Justiça

LINEU WALTER KIRCHNER

Promotor de Justiça

MARCO ANTÔNIO TEIXEIRA

Promotor de Justiça"

Muito bem, 02 de março de 1990 o Ministério Público que é uma instituição que resguarda o direito de cidadania e que fiscaliza e que atua conforme as determinações da própria Constituição Estadual, requisitou as certidões da Secretaria de Comunicação Social, desde essa data, até hoje, 21 de agosto; março, abril, maio, junho, julho e agosto; em seis meses o Executivo não respeita o Ministério Público, instituição permanente, órgão que não tem nenhum atrelamento com o Executivo, não se respeita a instituição, o Governador Álvaro Dias, a Secretaria de Comunicação Social além de ferir o direito do cidadão, que é meu, de ter as informações das repartições públicas, agora, espezi-nha, desrespeita, humilha a instituição do Ministério Público. E o mais grave, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no dia 02 de julho recebi novo ofício da Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, Ofício n° 142/90:

(Lê):

"Através de manifestação subscrita por Vossa Excelência, endereçada a esta Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, solicitou-se a interferência deste órgão junto à Secretaria de

Estado da Comunicação Social no sentido de obter certidão, que precedentemente havia sido recusada, sobre as despesas efetuadas pelo Poder Executivo Estadual nos meios de divulgação de massa, no período assinalado.

Para a informação de Vossa Excelência, esclarecemos que, de imediato, foram empreendidas as medidas compatíveis, dentre elas a requisição legal de tais informes, o que não foi atendido a contento pelo eminente titular daquela Pasta.

Em face destes precedentes, e da sua natureza, encaminhamos, nesta data, a íntegra do pleito ao Senhor Procurador Geral da Justiça, para as providências legais cabíveis na espécie.

Limitados ao presente, renovamos a Vossa Excelência as nossas expressões de distinta consideração.

(aa) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO

Promotor de Justiça
LINEU WALTER KIRCHNER

Promotor de Justiça
MARCO ANTÔNIO TEIXEIRA

Promotor de Justiça"

Muito bem, há aqui uma confissão expressa de uma Promotoria especial para garantia dos direitos constitucionais de que a Secretaria de Comunicação Social e o Governo Álvaro Dias não atendeu a uma requisição legal do Ministério Público. E o que fazer agora, Senhores Deputados? A quem recorrer? A quem solicitar providências? O cidadão não é atendido, solicita o recurso do Ministério Público que tem competência para requisitar informações, o Ministério Público requisita as informações e o Executivo não responde. Aonde vamos ficar? Qual a providência do Ministério Público?

O assunto é de tamanha gravidade e esta Casa não pode permanecer silenciosa, o Ministério Público está sendo atingido na sua dignidade, e como tal, este Ministério Público ou age, ou faz cumprir a Constituição, ou estamos rasgando novamente a Constituição que escrevemos aqui há pouco menos de um ano. Ou o Ministério Público reage e aplica a Lei ou o Estado do Paraná será um Estado sem Lei, ou o Ministério Público age como tal, como órgão essencial, como órgão das funções essenciais da Justiça, ou não haverá mais função essencial da Justiça no Estado do Paraná.

O Governador e o seu Secretário não são os reis da Idade Média; são os Governadores que, constitucionalmente exercem o mandato, e, em razão disto, pela Constituição são obrigados a cumprir a própria e as Leis.

O Governador Álvaro Dias não é o Luiz XVI do século XVIII. Não é também o revolucionário da Revolução Francesa que tinha, o poder da guilhotina, e não pode guilhotinar a Constituição, ou o Ministé-

rio Público é respeitado ou o Império da Lei neste Estado é uma ficção.

Eu concedo o aparte ao ilustre Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Nereu Massignan, Vossa Excelência está cheia de razão, em relação a esta barbaridade, a esta falta de respeito para com o Legislativo. E, hoje pela manhã, por ocasião da ouvida do ex-Secretário Luiz Carlos Haully, da Comissão Parlamentar de Inquérito, e, diz apurar possíveis irregularidades na área fazendária, através de uma denúncia feita aqui neste plenário, por ocasião da Convenção do PMDB, em que o Senhor Waldir Pugliesi acusou o ex-Secretário, Luiz Carlos Haully, nós mostrávamos ao próprio Secretário, nós fazíamos algumas perguntas ao ex-Secretário, baseadas em pedidos de informações deste Parlamentar, à Pasta do ex-Secretário.

Pedido de informações com data de novembro de 1989, portanto, oito meses até agora, não respondidos. Um deles relacionado com a maneira como é feita a arrecadação da LOTOPAR, a maneira como é distribuída a verba da LOTOPAR, a maneira como é feita esta distribuição às Prefeituras e às cidades do interior do Paraná.

Lamentavelmente, não recebemos as informações.

Lembro a Vossa Excelência, quando o governo Álvaro Dias tentou ou iniciou processo de oficialização do jogo do bicho. Nós também, baseados em informações e denúncias fizemos um outro pedido de informações, que até hoje não recebemos a resposta, pelo ex-Secretário de Finanças do Estado do Paraná.

Por esta razão, idêntica ao que Vossa Senhoria fez, também encaminhamos ao Poder Judiciário. Já protocolamos estes dois Pedidos de Informações relatando e denunciando a irresponsabilidade do Executivo em relação ao Legislativo, e esperamos evidentemente, que o Poder Judiciário tome as devidas providências, senão não teremos outro setor a recorrer, a não ser o Supremo Tribunal, e seria isto um fato lamentável, as reivindicações, as informações que este Poder necessita para que possamos exercer o poder de fiscalização, se vêm cerceadas em função do menosprezo por parte do Governo do Estado.

Então, está cheio de razão Vossa Excelência, e eu faço coro às suas reivindicações.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, que vem confirmar aquilo que nós estamos denunciando nesta Casa, hoje.

Mas, as coisas chegam às raias do absurdo, em que, o Governo nega informações

ao cidadão Nereu Massignan. Até aí, o cidadão Nereu Massignan tem condições de recorrer, de pedir ao Ministério Público que se faça cumprir a lei. Na medida em que o Ministério Público requisita o documento...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Esta Presidência anuncia a chegada de Sua Excelência a Senhora Li Shu Zheng, Vice-Ministra de Relações Exteriores da República Popular da China, que está visitando, neste instante, o Plenário desta Casa.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembleia Legislativa tem a honra de receber Sua Excelência a Senhora Li Shu Zheng, Vice-Ministra de Relações Exteriores da República Popular da China. Nós vamos ouvir a palavra de Sua Excelência.

A Mesa pede a atenção dos Senhores Deputados para a palavra da Senhora Ministra.

A SENHORA LI SHU ZHENG (tradução) - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná;

Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais;

Senhoras e Senhores.

A nossa Delegação, a Delegação do Partido Comunista da China, está fazendo uma visita amistosa ao Brasil, a convite do Ministério das Relações Exteriores.

Existem excelentes relações de cooperação entre a China e o Brasil.

O nosso Partido, Partido Comunista Chinês, como um Partido no Poder, na China, mantém boas relações de cooperação e amizade com mais de 11 (onze) países importantes da América Latina.

A Assembleia Nacional Popular da China mantém também contatos e laços amistosos com o Congresso Nacional do Brasil.

A visita da nossa Delegação, do Partido Comunista Chinês, visa intensificar ainda mais as relações amistosas entre dois países, dois povos, e o Partido Comunista da China com todos os Partidos do Brasil.

O Governo Chinês, a Assembleia Nacional Popular da China e o Partido Comunista Chinês dão muita importância ao desenvolvimento de relações amistosas com o Brasil.

Nós achamos que o desenvolvimento de relações de cooperação e amizade com todos os países do mundo favorece e dão contribuição para corresponder aos interesses de dois países, da China e do Brasil, aos dois povos também favorece a defesa da paz mundial e para a cooperação mútua entre os países, em desenvolvimento da Ásia, África

e América Latina ao mesmo tempo contribuindo também para o desenvolvimento mundial.

Estamos muito satisfeitos de que existem relações muito boas entre o Estado do Paraná e a nossa Província.

Mesmo que seja muito curta a nossa estada em Curitiba, porque chegamos ontem à noite, estamos muito impressionados.

A nossa Delegação vai levar daqui os sentimentos carinhosos demonstrados no Estado do Paraná, na cidade de Curitiba e por todos os Deputados Estaduais aqui presentes, à China e à 1,1 bilhão de habitantes chineses.

Transmitam-me, através dos nobres Deputados Estaduais, o sentimento e saudações do povo chinês, do Partido Comunista da China ao Estado do Paraná e ao povo de Curitiba.

Eu faço plenos votos pela prosperidade do seu Estado do Paraná e pela felicidade do povo do Paraná.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa designa o Deputado Rafael Greca para saudar Sua Excelência a Vice-Ministra das Relações Exteriores da China em nome deste Poder.

O SR. RAFAEL GRECA - Sua Excelência Senhora Li Shu Zheng, Vice-Ministra das Relações Exteriores da China.

Seja bem-vinda a esta Assembleia.

O Paraná tem todo interesse no mercado de Tianjing e nos demais mercados chineses, a troca de ciência e de tecnologia e no intercâmbio com a sua milenar cultura.

O mundo precisa desenvolver a idéia socialista de igualdade, de oportunidades para todos e espera que a China e o Brasil entrem no novo milênio, como anunciadores da paz e da prosperidade e da cooperação entre os povos.

Entre as riquezas da sabedoria chinesa está a idéia da harmonia e da paz celestial e com este sentimento, nós a acolhemos na terra paranaense.

Muito obrigado pela visita.

(Palmas)

A SRA. LI SHU ZHENG - Muito obrigada. Até logo amigos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendo a sessão por cinco minutos para que os Senhores Deputados possam cumprimentar a nossa Ministra.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Senhor Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Eu dizia que chegamos às raias do absurdo se compararmos a uma informação que prestou o Presidente do Banco do Estado a este Deputado, invocando sigilo bancário para não prestar informações a respeito dos gastos com propaganda que aquele Banco realiza desde o início do Governo Álvaro Dias.

Diz o Presidente do Banco: "Ilumina-se o sigilo por considerações do indispensável respeito às liberdades individuais". Meu Deus do Céu! O sigilo bancário está servindo de argumento para respeitar-se as liberdades individuais e o sigilo do Governo em não prestar as informações a este Deputado, serve a quê? A violação das liberdades individuais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao me manifestar hoje aqui, têm estas minhas considerações o sentido da solidariedade a instituição do Ministério Público. Mas, esta solidariedade não é incondicional. Esta solidariedade implica que o Ministério Público aja com todo o rigor para que seja respeitado dentro das suas atribuições e de imediato o Governo e a Secretaria prestem as informações necessárias que essa instituição tem por atribuição constitucional requisitar e o dever do Executivo de informar. Se assim não se fizer não sei o que será do Paraná, não sei o que serão das leis do Paraná, não sei o que será desta Assembléia Legislativa. E para que este fato, Senhor Presidente, não fique apenas no meu discurso, estou encaminhando à Mesa todos os documentos que instruem esta denúncia para que a Assembléia Legislativa, dentro das suas atribuições também, encaminhe expediente ao Ministério Público, reforçando as nossas considerações aqui e pedindo que as providências legais e necessárias sejam cumpridas por parte do Executivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra a Liderança do PDT.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, entra em vigor no próximo dia 12 de outubro o novo Estatuto da Criança. E a partir deste documento já aprovado pelo Congresso Nacional e que o Presidente deve sancionar nos próximos dias, vários segmentos da sociedade deverão mudar o seu comportamento com relação à criança. Uma das instituições a ser reestruturada é a da Polícia. A Unicef escolheu 16 profissionais ligados à área para elaborar uma cartilha orientando sobre as

novas ações da Polícia. Esses profissionais de várias categorias estiveram reunidos no Rio de Janeiro do dia 31 de julho a 1º de agosto, e vindos de várias regiões do Brasil e de outros países. Os profissionais elaboraram sugestões e subsídios para apresentar numa reunião com os Ministros, nos próximos dias 22 e 24 em Brasília, o que já aconteceu, e no Encontro participou também o Presidente da República. Um dos representantes para elaborar a cartilha e escolhido pela UNICEF - para nós paranaenses, um orgulho muito grande - foi o Delegado de Polícia Aprígio Paulo de Andrade Cardoso, titular aqui em Curitiba do 8º Distrito Policial.

Senhor Presidente, o Delegado de Polícia do Paraná, Dr. Aprígio Cardoso, foi então uma das personalidades brasileiras convidadas a participar do Encontro para elaboração de uma cartilha destinada a esclarecer as autoridades sobre a maneira correta de tratar do problema do menor de idade, e a reunião - repito - foi patrocinada pela UNICEF.

Essa cartilha deverá ser distribuída a todas as autoridades brasileiras que têm responsabilidades com relação ao menor de idade, aos quais estarão sendo obrigadas a dispensar uma atenção a partir do próximo dia 12 de outubro, quando entra em vigor o Estatuto da Criança, recentemente sancionado pelo Presidente da República.

Com o estatuto, desaparece a figura do menor, passando a existir em seu lugar a criança até os 12 e o adolescente até os 18 anos de idade.

É importante destacar que o convite feito ao Delegado Aprígio prende-se ao fato de que, quando era titular da Delegacia de Proteção ao Menor de Curitiba, tinha elaborado um vídeo sobre o tratamento dispensado ao menor de idade pela Polícia do Paraná. E esse vídeo foi escolhido pela UNICEF como exemplo de bom atendimento prestado à criança, sendo divulgado para outros países, especialmente os de língua espanhola. Posteriormente foi traduzido para o francês e o inglês. Essa cartilha é importante para esclarecer devidamente não só as autoridades policiais como responsáveis pelo setor da educação e da saúde, os quais estão sujeitos inclusive a cumprirem severas penas de detenção caso não venham a cumprir com suas obrigações com relação à criança e ao adolescente.

Por isso, faço questão nesta tarde de fazer esse registro porque, afinal de contas, nós temos que ser paranistas, e quando aquelas pessoas aqui da terra se destacam é preciso que se dê o devido valor. O Delegado Aprígio é hoje sem dúvida alguma uma das pessoas mais importantes neste Estatuto da Criança que está agora sendo confeccionado. Então, fica aqui através da

bancada do PDT, da própria Assembléia, o reconhecimento a este profissional.

Senhor Presidente, dou entrada à Mesa também hoje de um pedido de informações sobre o pagamento de imposto que incide sobre as operações de crédito, câmbio e seguros - o IOF - nas operações financeiras do Estado do Paraná.

É que a Medida Provisória 195 de 30 de junho de 1990, editada pelo Governo Federal, instituiu a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras de até 1,5% ao dia para as operações desenvolvidas no mercado aberto com lastro em títulos públicos e privados.

A nova incidência tributária foi exigida a partir do dia 25 de julho de 1990 e sobre o resgate ou cessão de títulos emitidos após a referida data, assim como sobre o resgate ou cessão de títulos que estiverem sendo emitidos antes da supracitada data nas negociações ou ainda sobre a liquidação de operações financeiras que forem começadas após essa data.

De sorte que disposição esta expressa no art. 7º e seus incisos do Decreto nº 99.374 de 9 de julho de 1990, que regulamentou a Medida Provisória nº 195/90. Todavia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Lei Maior de 1988, em seus arts. 150 e 151 veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de tributos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos entes públicos; e o art. 151, inciso II, tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

Em razão disto já se começa a ajuizar mandados de segurança através do Ministério Público contra a Receita Federal e o Banco Central, solicitando além da isenção do imposto, a devolução do dinheiro já arrecadado.

Diante disto, requeremos informações ao Governo do Estado, se está sendo recolhido este tributo e, na afirmativa, porque o Ministério Público ainda não ajuizou a ação contra a Receita Federal e Banco Central, pedindo a isenção do imposto e a devolução do dinheiro arrecadado.

Esta é a nossa preocupação e razão pela qual estamos encaminhando à Mesa este requerimento pedindo estas providências imediatas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JUNIOR - Senhor Presidente,

nobres Senhores Deputados.

Pretendo fazer uma observação nesta tribuna para que fique registrada, nos anais da Casa, a nossa estranheza com relação ao ocorrido no último sábado na cidade de São José dos Pinhais, com o ilustre Magistrado representante da Justiça Eleitoral naquele município, Dr. Marco de Lucca Fantin. Estava viajando pelo interior do Paraná como os demais Deputados, em campanha, e recebi a informação de que um cidadão que trabalha comigo, um chefe de família honrado, pobre, pai de filhos, estava preso na delegacia de polícia de São José dos Pinhais porque estava colando cartazes na avenida que liga Curitiba ao aeroporto.

A princípio não dei grande importância ao caso porque imaginei que o rapaz havia sido detido, receberia uma descompostura e seria mandado embora. Mas, estava completamente enganado porque, por ordem da Justiça Eleitoral deste município, este rapaz ficou detido na cadeia, dentro da cela onde se reserva o lugar para os piores marginais e ficou quase que incomunicável, passando fome, não fosse a ação deste Deputado, por telefone, conversando com autoridades da Polícia.

Depois a dificuldade que encontramos para pagar a fiança determinada pelo Magistrado, na ordem de cem mil cruzeiros para dois elementos que se encontravam detidos. Foi uma dificuldade terrível. Não deixaram que a Polícia recebesse a fiança, tinha que se pagar no Fórum, o juiz estava jogando futebol, era sábado, e o Fórum estava fechado... foi uma desgraça para mim inclusive que, como Deputado, entendo que a obrigação é defender as causas populares e estes dois cidadãos que estavam detidos, ou presos, como marginais comuns, um deles havia sido eleitor meu e eu o represento na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O que me causou realmente surpresa, e eu deixo registrado este pronunciamento porque nunca fui omissor, nesta oportunidade também não, é que enquanto neste País temos em liberdade ladrões, corruptos, assaltantes, criminosos, estupradores de toda a espécie, temos um coitadinho de um chefe de família retido dentro da cadeia, passando fome, porque estava pregando cartaz, porque queria fazer uma homenagem ao seu patrão que desembarcaria do avião e veria aquilo ali.

A Lei não permite. Eu sei. E alguém diria que o rapaz seria obrigado a conhecer a Lei, mas num País onde o cidadão não aprende sequer a ler e a escrever, onde temos milhões de analfabetos, como vamos exigir que um cidadão possa conhecer as leis?

Quero lamentar profundamente. Vou pro-

por nesta Casa um requerimento pedindo informações de quantos cabos eleitorais foram presos nesta comarca. Acredito que nenhum com exceção deste coitado. Mas, quantos teriam sido presos, porque seria o caso de se perguntar, ou deste rapaz perguntar quando foi detido, mas só eu, Doutor? E os outros? Lá tem cartaz de José Richa, de José Carlos Martinez, de Roberto Requião, de José Eduardo Andrade Vieira, de Toni Garcia, de Valdir Pugliesi, de deputados estaduais, federais. Então, eu acho que esse juiz para fazer valer a justiça deveria, naturalmente, coibir e praticar a lei sobre todos aqueles envolvidos e não só sobre este coitadinho que foi preso como se fosse um ladrão comum. Lamento profundamente. E como representante do povo nesta Casa ou de uma parte do povo do Paraná, deixo registrado o meu lamento. E a facilidade que se deu para advogado cobrar 50 mil cruzeiros para levar um cheque não sei aonde porque o fórum não recebia, o delegado não recebia. Quero aproveitar a oportunidade também para agradecer o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, que estava também no interior como os demais deputados, entenderam o meu apelo, que era mais um pedido de atendimento de socorro aos Direitos Humanos que qualquer coisa. Meus agradecimentos também ao Ilustríssimo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Dr. Negi Calixto, que nos atendeu com a sua maneira cavalheiresca, com a sua atenção tradicional de um homem que realmente, que verdadeiramente engrandece a justiça do Estado do Paraná e do Brasil. Ao Dr. Negi Calixto pela maneira que nos atendeu, nosso muito obrigado!

Só lamento que, quando a gente clama pela justiça, como ocorreu com este documento do Deputado Nereu Massignan, faz um ofício à Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, recebe depois um documento de ilustres Promotores de Justiça do nosso Estado, Dr. Olímpio de Sá Sotto Maior Neto, Dr. Lineu, Dr. Marco Antônio dizendo: "para informação de Vossa Excelência esclarecemos que, de imediato, foram empreendidas as medidas compatíveis, dentre elas as requisições legais de tais informes, o que não foi atendido a contento pelo eminente titular daquela Pasta". Ele se refere à Comunicação Social do Governo do Estado que gasta verdadeira fortuna em comunicação social, dinheiro do povo e que não atende a um pedido da justiça, que não responde, que não dá satisfação, e que fica por isso mesmo. Enquanto um coitadinho daqueles foi amargar horas seguidas passando fome atrás das grades, só porque cometeu um crime, coitado: estava trabalhando!

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB com a palavra.
(DECLINA).
PL
(DECLINA).
PT
(DECLINA).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 142/90, procedente da Procuradoria Geral da Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, endereçado ao Senhor Nereu Carlos Massignan, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, solicitando a interferência deste Poder para que a requisição do Ministério Público seja cumprida pela Secretaria da Comunicação Social.- A Mesa vai tomar as necessárias providências para o cumprimento da requisição.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 81/90.- Aprovado.

Requerimentos em nº de 02 de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constantes do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nºs 424/90 e 371/90.- Aprovados.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, acima aprovados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº

81/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 80 de 28.06.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 424/90, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que cria o município de RAMILÂNDIA, desmembrado do município de Matelândia. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94 de 20.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 371/90, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que institui a Região Metropolitana de Cascavel, e dá outras providências. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 77 de 26.06.90).

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 166/89, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que cria o município de QUATRO PONTES, com divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26 de 26.03.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 162/89, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS e WERNER WANDERER, que cria o município de MERCEDES, desmembrado do município de Mal. Cândido Rondon, com as divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26 de 26.03.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 323/90, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que concede pensão de dois salários-mínimos à Senhora MIRIAN DE OLIVEIRA CAMARGO RODRIGUES, viúva do Senhor Jamidas Antunes Rodrigues, ex-Prefeito de Santo Antônio da Platina. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 61 de 28.05.90).

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 33/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara como "CIDADÃO SENIOR" todos os cidadãos de 65 anos de idade, em todo o território do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o referido Projeto, emendas de Plenário, em n° de 04, sendo 03 de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiadas, e 01 do Senhor Deputado Luciano Pizzatto com apoio dos Senhores Deputados Acir Mezzadri, José Rogério Carvalho e Algaci Túlio, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 01, AO PROJETO DE

N° 33/90.

Que o artigo 1°, do Projeto de Lei n° 33/90, passe a vigorar na seguinte redação:

Art. 1° - Todos os cidadãos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, domiciliados em território paranaense, são declarados e reconhecidos como CIDADÃOS SENIORES.

Art. 2° - ...

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: Valderi Mendes Vilela, Werner Wanderer, Namir Piacentini e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente a finalidade de estabelecer como critério para o reconhecimento dos Cidadãos Seniores apenas aqueles paranaenses domiciliados no nosso território estadual.

EMENDA DE PLENÁRIO N° 02

Que se inclua no artigo 2°, o seguinte inciso:

- Concessão de passagens intermunicipais sempre que necessário para tratamento de saúde.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: Valderi Mendes Vilela, Namir Piacentini, Werner Wanderer e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Grande parte dos idosos, em todo o Brasil, tem sido penalizada quando da necessidade de tratamento de saúde em outras cidades. Nessas ocasiões, os idosos fazem uma verdadeira "romaria" para obter os recursos necessários para viagem e, quando não os conseguem, perecem sem assistência médica adequada.

EMENDA DE PLENÁRIO N° 03

Inclua-se no artigo 3°, o seguinte parágrafo:

Parágrafo - Parte dos recursos a que trata o "caput" deste artigo deverá ser repassada às entidades de assistência aos idosos, casas e abrigos para a velhice, que prestam serviços em convênio com o Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: Valderi Mendes Vilela, Werner Wanderer, Namir Piacentini e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Muito embora a Constituição reze e seja, realmente, ideal que os idosos não sejam retirados da convivência familiar, há os que, há muitos anos, residem em asilos e abrigos, como no Recanto Tarumã e no Asilo São Vicente de Paulo, entidades sem fins lucrativos e que, pela sua condição

de filantropia, mantêm-se com grandes dificuldades.

A essas entidades o Estado tem a OBRIGAÇÃO de prestar auxílio.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 04

Altera a redação do inciso I, do artigo 2°:

I - A franquia de ingresso a quaisquer eventos ou atividades públicas, como espetáculos, teatros, shows, exposições, feiras agropecuárias, atividades esportivas, promovidas ou patrocinadas com recursos públicos em dependências de repartições ou prédios públicos, ou qualquer entidade mantida pelo Poder Público:

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

Apoiamento: Acir Mezzadri, José Rogério Carvalho e Algaci Túlio.

Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Gostaria só de um encaminhamento ou justificativa de voto, se Vossa Excelência permitisse.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana pela ordem.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares. Tenho conversado com o Deputado Luciano Pizzatto, autor do projeto, com referência ao Projeto n° 33/90, que declara cidadão Senior em todo o território do Paraná, as pessoas maiores de sessenta e cinco anos.

Apenas para justificar a posição, porque em momentos anteriores, a fim de evitar polêmicas em momentos que a Assembléia necessitava votar matérias de maior importância, nós acabamos deixando passar, matérias que julgávamos inconstitucionais ou descabidas, e posteriormente na posição do veto fomos cobrados pelas matérias terem sido aprovadas por unanimidade.

Eu confesso a Vossa Excelência, que reconheço a preocupação do Deputado Luciano Pizzatto, no que diz respeito ao cidadão paranaense, como cidadão brasileiro, que chega aos sessenta e cinco anos de idade e que merece, do poder público, uma deferência especial, já que com o seu trabalho, com a sua vida, tenha contribuído para o desenvolvimento do nosso Estado.

No entanto, Senhor Presidente, eu acredito que o referido projeto, obviamente estende responsabilidades, que, inclusive, não cabem ao Governo do Estado, cabem ao plano federal, através dos institutos de previdência, como também cria uma espécie de discriminação no instante em que nós criamos categorias diferenciadas de cidadãos no nosso Estado. A nossa

Constituição Estadual, quanto a Federal, nos dizem com todas as letras que "todos os cidadãos homens ou mulheres, são iguais, com direitos e deveres, perante a Lei". Toda a vez que nós distinguirmos uma categoria, nós estaremos agindo em detrimento a outras. Poderíamos, por exemplo, ao reconhecer a grande quantidade de crianças desnutridas, sem recursos econômicos, sem possibilidade de própria sobrevivência, criarmos uma Lei declarando o cidadão júnior, até quinze anos de idade. Mas sempre que o poder público faz alguma coisa em favor de alguém, obviamente está prejudicando outro alguém. E nesse projeto consta que o cidadão senior é assegurado mediante simples apresentação de documento que comprove idade. A franquia de ingressos a quaisquer eventos ou atividades públicas, como espetáculos, teatros, shows, exposições, feiras agropecuárias, atividades esportivas, promovidas, patrocinadas ou realizadas independentes de repartições ou prédios públicos.

Quanto a isso há uma emenda, que salva em parte o dispositivo, porque no original do projeto, qualquer feira, mesmo o Teatro Guaíra, que é um prédio público, estaria com ingresso franqueado a todo cidadão com mais de sessenta e cinco anos, que obviamente geraria um problema totalmente incontrolável, em razão de nunca se saber quantos iriam, ou quantos deixariam de ir, e o teatro não teria condição de colocar a venda os seus ingressos. Mas há uma emenda, se me parece, do Deputado Algaci Túlio, que ao mesmo corrige, dizendo que isso é em dependências públicas, quando patrocinadas pelo Poder Público. Então esse artigo até que fica assimilado, embora venha trazer sérios comprometimentos a todas as pessoas, toda vez que o poder público promover um evento, pela impossibilidade de saber quantos ingressos poderá colocar à venda, e quantos terá que reservar, porque não saberá nunca, quantos maiores de 65 anos poderão chegar, e por lei, têm preferência sobre os demais. Mas, a isenção de pagamento de taxas, para obtenção de certidões e documentos, artigo interessante, justo, humano, e até já garantido pela Constituição.

(Lê) "Preferência em atendimentos de repartições públicas estaduais, independente de filas, salvo as que se formarem ante a mesma condição". Eu acho de alto risco, Senhores Parlamentares, porque o atendimento em repartições públicas, via de regra, acontece com fila. Mesmo os atendimentos de saúde, por exemplo, num posto de saúde. Daqui a pouco tem uma fila formada por vinte, trinta pessoas, mulheres com filho no colo, desde as cinco horas da manhã, aguardando para receber a ficha de atendimento. Quando às oito ho-

rás, chega uma quantidade de pessoas com mais de 65 anos, e têm preferência sobre as demais. Discrimina, contrariamente ao que diz a própria Constituição, de que todo o cidadão é igual perante a lei, seja homem ou mulher. É discriminatório, contra a condição daqueles, menores de 65 anos, que enfrentaram as filas para ter o seu direito de atendimento na repartição pública, e de um instante a outro, necessitarão dar preferência para atender.

(Lê): "A concessão por parte do poder público estadual, de até duas passagens por ano, de ida e volta ao seu domicílio, a qualquer outro município do Estado do Paraná, por via terrestre, ou uma passagem para fora do Estado, nas mesmas condições, para o cidadão senior, com renda inferior a três salários-mínimos". Acredito, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que da mesma forma, nós estamos gerando privilégios incompatíveis com a aplicação, na prática, de que o Poder Público tenha que dar passagem, duas por ano, para dentro do Estado, e ao menos uma por ano, para fora do Estado. "Fora do Estado", parece-me que se poderia consignar, até um outro país. Porque o próprio projeto não diz, se fora do Estado, mas dentro do País, ou se fora do Estado, para qualquer outra parte do mundo. Não é competência do Poder Público, este dispositivo.

Temos ainda, mais um artigo. (Lê): "A garantia aos necessitados, de assistência total e gratuita à saúde, por parte do Poder Público Estadual, compreendendo todo o tratamento médico hospitalar, transporte por ambulância, análise laboratorial, medicamentos, cirurgia, serviços de enfermagem, fisioterapia e fornecimento de próteses, aparelhos auditivos, outros aparelhos, equipamentos ou instrumentos, de que necessitem para a sua reabilitação." Nós estamos tomando para a responsabilidade do Estado, já tão prejudicado na distribuição de rendas nacional, a própria competência dos próprios institutos nacionais, que têm por obrigação dar atendimento a todos aqueles que contribuem para com ele. É evidente que daqui a pouco nós vamos tirar do atendimento que terá que ser dado pelo INPS, trazendo para a responsabilidade do Estado, não só a consulta, mas a cirurgia, a prótese, a ambulância, as análises laboratoriais. O que me parece desnecessário e incabido, para a colocação numa lei desta natureza.

(Lê): "O Estado destinará, além dos recursos previstos na dotação orçamentária própria, 10% do produto de arrecadação de concurso de prognóstico". Há uma emenda, neste sentido, também: (lê): "Alocando-se recursos para o cobrimento de despesas", que evidentemente não cobrirá as despesas. Porque nós não somos capazes, inclusive,

de determinar o quanto representará, de despesa, para o Estado. Se nós tivermos, apenas na questão de saúde, que fornecer consulta, internamento, operação, ambulância, prótese, fisioterapia, e tudo o mais que for necessário para o cidadão com mais de 65 anos. Ademais, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, o Brasil é injusto para com seus idosos. E o espírito do projeto do Deputado Luciano Pizzatto, eu acredito, que tenha a preocupação deste enfoque. Da justiça que se faz com o nosso trabalhador idoso que no final da vida não tem condições para manter as suas próprias necessidades.

Mas nós precisamos de toda forma neste e em outros parlamentos, ter uma lei mais justa para o cidadão de mais de 65 anos. Melhorar a aposentadoria do nosso aposentado, para que ele tenha condições dignas de vida. Nós estamos cada vez mais caindo naquilo que o Brasil tem feito ao longo dos anos, o paternalismo superficial do Poder Público em detrimento a leis justas que mantêm condições dignas de vida ao cidadão aposentado. Transferências de responsabilidades. Vamos manter o cidadão com 65 anos ganhando meio salário-mínimo e vamos achar que estamos resolvendo seu problema por criarmos a Classe de Cidadão Senior que será apenas um paliativo porque, obviamente, eu tenho certeza que o Cidadão Senior mesmo com essa lei aprovada encontrará dificuldades normais para o entendimento daquilo que aqui está previsto.

Por esta razão, Deputado Luciano Pizzatto, reconhecendo o espírito da lei; reconhecendo a boa vontade de Vossa Excelência; acreditando que os velhinhos deste País necessitam de um tratamento mais justo em leis permanentes e constantes que lhe devolva a dignidade pelo que trabalharam, mas mesmo assim por achar impraticável, votarei contra, para que nós possamos discutir na frente quando, evidentemente haverá uma manifestação do Poder Executivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra para encaminhar, ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Casa aprovou, há questão de uns cinco meses atrás, um projeto de minha autoria que isenta todos os maiores de 65 anos de idade de pagamento de taxa para obtenção da Carteira de Identidade.

O ex-Presidente Sarney, numa das suas últimas medidas, baixou a medida dizendo que os maiores de 65 anos de idade não pagariam mais o transporte coletivo nas suas cidades. Só que para não pagar esse

transporte coletivo, precisariam fazer uma nova Carteira de Identidade; gastar aproximadamente, isto há cinco meses atrás, quase mil cruzeiros e, tem aposentado que não ganha isso, para fazer toda essa nova documentação com fotografias recentes também.

Foi então que me levou a fazer um projeto de lei para isentar essa cobrança de taxas para a feitura da nova identidade que sai agora com o título "maior de 65 anos de idade".

E o projeto do Deputado Luciano Pizzatto meu Caro Deputado Caíto Quintana, tenho certeza de que ao idoso não se faz privilégio e nem se tomam medidas paliativas. O que se tem que fazer ao idoso é reconhecer tudo aquilo que ele fez de benefício para este Brasil. E lamentavelmente, esse reconhecimento não acontece pelas leis que deveriam ser ditadas pelo Governo Federal. E nós não podemos ficar aguardando que aconteça a sensibilidade por parte do Governo Federal ao tratamento à pessoa idosa, ao aposentado em geral.

Razão pela qual se faz necessário sim, medidas, até, paliativas como esta aqui, porque afinal de contas, o Legislativo do Paraná reconhece os direitos dos aposentados e dos idosos.

E eu tive o prazer de relatar esse projeto do Deputado Luciano Pizzatto. E eu digo aqui que a proposta atende a todos os requisitos de ordem processual legislativa inexistindo óbice de qualquer natureza que impeça seu trâmite neste Poder Legislativo e, conseqüentemente, a aprovação pelo Plenário dos Deputados.

Quanto ao mérito é necessário acentuar o aspecto social da proposição como forma, inclusive, de oportunizar o cumprimento ao que reza a Constituição Federal, e por simetria, a nossa Carta do Estado.

A família, a sociedade, o Estado, têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando a sua participação e plena integração na comunidade, defendendo a sua dignidade, bem estar, propiciando-lhes fácil acesso aos bens e serviços coletivos.

A própria Assembléia Legislativa do Paraná, aliás reconhecendo o alcance da matéria e cumprindo a determinação de complementar a Legislação Constitucional, já provou proposições com o objetivo de efetivar o cumprimento da Carta Estadual no concorrente à questão da pessoa idosa, entre estas medidas o Projeto de Lei n° 216/90, do Deputado subscritor do presente parecer, de nossa autoria, transformando em Lei Estadual n° 9.264, que isentou os maiores de 65 anos do pagamento de taxas para a confecção da cédula de identidade, junto à Secretaria do Estado da Segurança Pública.

E, neste mesmo projeto nós também

apresentamos algumas emendas, corrigindo determinados pontos que pareciam trazer qualquer complicação à aprovação do projeto.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, aceitando as ponderações do Deputado Caíto Quintana, mas não entendendo quando ele diz que não se pode dar privilégio! Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, maiores de 65 anos de idade, aposentados, ganhando a miséria de aposentadoria, com dificuldades enormes de sobrevivência, não é dar privilégio não, é reconhecer. E, se não há sensibilidade do Governo Federal no reconhecimento, numa melhor aposentadoria, e vejam que se não fosse a mobilização, a nível nacional, na semana passada, em Brasília, quem sabe nem ao abono teriam direito os nossos aposentados!

Eu acho que é por aqui, Deputado Luciano Pizzatto, muito embora sejam paliativas mas é, pelo menos, o reconhecimento desta Casa, àqueles que tanto fizeram pelo crescimento do nosso Paraná!

Parabéns pelo projeto, tenho certeza de que este Plenário vai aprová-lo.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Para Encaminhar) -

Só para endossar as palavras e esclarecer rapidamente ao Plenário.

Eu respeito profundamente a posição do Deputado Caíto Quintana, e acho que foi uma posição muito bem colocada, mas gostaria somente de tranquilizá-lo que, dentro do possível, nós atendemos o posicionamento, inclusive com a apresentação de emendas nossas, alterando o projeto de lei do Deputado Algaci Túlio, e eu acho que o bom senso que sempre tem norteado o nosso Governo vai continuar a ser implementado, já que hoje nós temos a distribuição de aparelhos auditivos, temos a distribuição de cadeiras de rodas, dentro de programas já instituídos no Governo do Estado.

E, quando nós tentamos dar um paliativo, de criar uma categoria, como foi colocado por V.Exa., de cidadãos que já dedicaram anos de vida, homens e mulheres, a este Estado, isso já segue um princípio que já foi aprovado nesta Casa de Leis, com o projeto de lei do Deputado Algaci Túlio. Eu inclusive lamento profundamente, que este projeto de lei esteja sendo aprovado simultaneamente com o período eleitoral, porque em hipótese alguma eu gostaria de ter o cunho populista, que, eventualmente, possa ser dado. Mas, como ele já foi retirado duas vezes de votação coincidiu neste período. Porque a nossa idéia básica é tentar, efetivamente, dar um espaço digno aos cidadãos desse Estado, que já dedicaram, pelo menos 65 anos de vida e de trabalho, nessa nossa região.

Mesmo assim eu respeito a posição do

Deputado Caíto Quintana, compreendo a sua posição, como Líder, mas eu acredito que é uma posição, no meu modo de entender digna e de respeito ao ser humano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) -

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 33/90. Com três emendas do Deputado Algaci Túlio e uma do Deputado Luciano Pizzatto. Aprovadas as emendas e o Projeto.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 338/90, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que equipara os níveis de vencimento dos policiais que exerceram os cargos de Inspetor e Guarda de Trânsito aos das classes iniciais das carreiras de Detetive e Agente de Segurança, respectivamente. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 338/90. Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia por 05 sessões, o Projeto de Lei Complementar n° 338/90. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 122/90, de autoria da Deputada ARIALBA FREIRE, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ANTÔNIO BORDIN. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 154/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor EDSON D'ÁVILA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 155/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora DELCY FRANCO D'ÁVILA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 157/90, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de SÃO MANOEL, desmembrado do município de Indaíópolis, com as divisas e confrontações que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 307/90, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que cria "ad referendum" de plebiscito, o município de GUAMIRANGA, desmembrado do município de Imbituva. Com PARE-

CER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 309/90, de autoria do Deputado HAROLDO FERREIRA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor OLÍVIO ZANELLA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 318/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor FRANCESCO SERALE. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 379/90, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública a "CRECHE JESUS CRIANÇA", com sede e foro no município de Campina da Lagoa. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 13/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Paranaguá para que a população decida sobre a criação do município de PONTAL DO PARANÁ. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 386/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 126/90), que dispõe sobre a Bandeira, o Hino, o Brasão de Armas e o Sinete adotados como Símbolos do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 386/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei complementar, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 126/90, dispõe sobre a Bandeira, o Hino, o Brasão de Armas e o Sinete adotados como Símbolos do Paraná.

A apresentação da referida matéria é consubstanciada em conclusão de estudos realizados por Grupo de Trabalho de alta capacitação científica, designado para este fim pelo Secretário de Estado da Cultura, que corresponde às linhas estabelecidas em nossa Constituição Estadual e pelos princípios relativos à matéria, aprimorando os mencionados símbolos, que refletem o grande significado moral, cívico e cultural paranaense.

Por outro lado, ressaltamos que nenhum

óbice legal ou constitucional existe que possa impedir a normal tramitação do Projeto de Lei Complementar em questão.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 254/86, de autoria do Deputado Acir Mezzadri, que dá nova redação ao inciso III, do Artigo 15, da Lei n° 4.338, de 25/01/61, conforme especifica. (Altera divisas do município de Balsa Nova). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 134/89, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Homero Tabajara Cardoso Loureiro. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 134/89

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Lindolfo Júnior, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Homero Tabajara Cardoso Loureiro.

Sob o aspecto legal, constitucional e regimental, não há óbice algum para a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, chamada a opinar, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 268/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Atenas II, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 268/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Atenas

II, com sede e foro nesta capital.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) ALGACI TÚLIO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 278/89, de autoria do Deputado José Felinto, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Carlos Hugo Von Graffen. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 102/90, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que cria a disciplina específica de Ecologia nos currículos escolares das escolas de 1°, 2° e 3° graus, pertencentes à rede oficial e particular de ensino do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 102/90. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 05 sessões o Projeto de Lei n° 102/90.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 102/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Lindolfo Júnior, tem a finalidade de criar a disciplina específica de Ecologia de 1°, 2° e 3° graus, pertencentes à rede oficial e particular de ensino do Estado do Paraná.

Analisada a matéria por esta Comissão, entende a mesma que nenhum óbice existe que possa obstar a normal tramitação desta por esta augusta Casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 190/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Maria de Nazaré, com sede e foro, nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL

da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 190/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Maria de Nazaré, com sede e foro nesta Capital.

Analisando o projeto, verificamos que não há óbice que impeça a sua aprovação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 348/90, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Amigos do Seminário, com sede e foro na Cidade de Medianeira. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo, por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 348/90

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Gernote Kirinus, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Sociedade Amigos do Seminário, com sede e foro na cidade de Medianeira.

Analisando o projeto, verificamos que não há óbice que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

EDUARDO BAGGIO

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 381/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a Lei n° 8933/89. (Transporte Ferroviário). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. (Aprovado, artigo, por artigo).

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 381/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade acrescentar o parágrafo 5° ao

artigo 37, da Lei n° 8933/89, com a seguinte redação: "Ao serviço de transporte ferroviário, fica concedido crédito estimado de 50% do imposto devido, em substituição ao imposto efetivamente cobrado nas operações anteriores".

Analisando a matéria, esta Comissão Geral nada encontra que possa obstar o normal trâmite desta por este Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

EDUARDO BAGGIO

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 383/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 133/90), que autoriza o Poder Executivo a aceitar da União Federal, em doação com encargos, a totalidade das ações integrantes do Capital Social da Central de Abastecimento do Paraná-CEASA/PR, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 383/90

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 133/90, o presente projeto de lei autoriza o Poder Executivo aceitar da União Federal, em doações com encargos, a totalidade das ações integrantes do Capital Social da Central de Abastecimento do Paraná-CEASA/PR.

Analisada a matéria por esta Comissão, nada encontra a mesma que possa obstar legal ou constitucionalmente a normal tramitação da mesma por esta Casa de Leis. Nestas condições, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 388/90, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira que concede à Senhora MARLENE BEETZ ZIELONKA, viúva do ex-Prefeito de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 7.715,52 (sete mil, setecentos e quinze cruzeiros e cinquenta e dois centavos). Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de auto-

ria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI N° 388/90

Art. 1° - Fica concedida à Sra. Marlene Beetz Zielonka, viúva do ex-Prefeito de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 10.406,92 (dez mil, quatrocentos e seis cruzeiros e noventa e dois centavos).

§ 1° - O valor de que trata o "caput" deste artigo, será atualizado por ocasião dos reajustes de vencimentos do funcionalismo, nos mesmos percentuais e época de vigência.

§ 2° - A pensão de que trata desta lei, deixará de ser devida caso a beneficiária contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Apoiamento: Hermas Brandão, Nelson Vasconcellos, José Rogério Carvalho, Anibal Khury, Mário Pereira, Dirceu Manfrinato.

JUSTIFICATIVA:

Antônio Alceu Zielonka, como Prefeito teve sempre sua atenção voltada a favor da população mais carente do Município.

Sua administração sempre democrática, honesta e simples com elevado senso de humanidade, angariou a simpatia e admiração de seus munícipes.

Sua esposa, Marlene Beetz Zielonka, sempre a seu lado teve destacado papel, também desenvolvendo atividades em favor da comunidade.

Seu prematuro desaparecimento deixa uma lacuna irreparável entre seus familiares e no seu Município.

Por este motivo, levamos esta proposta como homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao Município de Piraquara. Aprovada a Emenda Substitutiva Geral, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 388/90

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira, o presente plano de lei visa conceder à Senhora Marlene Beetz Zielonka, viúva do ex-Prefeito de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, uma pensão mensal.

A medida consubstanciada no projeto de lei em tela é justa e de alto cunho social e humanitário. Além disso, não encontra esta Comissão óbice legal ou constitucional ao mesmo.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

EDUARDO BAGGIO

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 393/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 143/90), que dá nova redação aos artigos 2° e 4°, da Lei n° 9105 de 23 de outubro de 1989 (Remuneração do Servidor Público). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 394/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que doa à Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba o excesso de área de Terras que constituem o seu perímetro urbano que perfazem um total de 420.447,50 m². Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 397/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que dá nova redação ao artigo 1° da Lei n° 8808, de 30 de junho de 1988. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 397/90

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Antônio Annibelli, visa dar nova redação ao artigo 1° da Lei n° 8808, de 30 de junho de 1988.

Ou seja, reajusta de 02 salários-mínimos para CR\$ 10.406,90, a pensão mensal da Senhora Josefina Aparecida Barbosa, viúva do ex-Prefeito de Boa Vista da Aparecida.

Analisada a matéria por esta Comissão, nada encontra a mesma que possa obstar a normal tramitação da referida matéria por esta Augusta Casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 407/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, e cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Capivari Cachoeira, com território desmembrado do Município de Campina Grande do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 414/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 147/90), que institui o Sistema Estadual de Museus do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 414/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem n° 147/90, objetiva instituir o Sistema Estadual de Museus do Paraná.

A medida consubstanciada no projeto de lei em tela é justa e de alto cunho cultural. Além disso, não encontra esta Comissão, óbice legal ou constitucional ao mesmo.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
PIRAJÁ FERREIRA
Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 12/90, de autoria do Deputado Luciano Pizzatto, que autoriza a realização de plebiscito na localidade de Água Quente dos Domingues, situada no município de Rio Azul, para que a respectiva população decida sobre a incorporação desta área ao município de Rebouças, com as confrontações que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo).

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 12/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Luciano Pizzatto, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito, na área que especifica para que a população decida sobre a criação do município de Água Quente dos Domingues.

O projeto em tela atende ao disposto no Art. 19, § 1°, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
NELSON VASCONCELLOS

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 48/90, de autoria dos Deputados Caíto Quintana e Mário Pereira, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Capitão Leônidas Marques, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Santa Lúcia. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 51/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Lidianópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 51/90

PARECER:

O presente projeto de resolução em tela, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica para que a população decida sobre a criação do município de Lidianópolis.

O projeto em tela atende ao disposto no Art. 1° § 1° II da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
ALGACI TÚLIO
Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 80/90, oriundo do Parecer Favorável da Comissão Geral, que ratifica o Convênio de Cooperação celebrado em 30 de junho de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil da Governadoria e o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 54/90

PARECER:

A presente proposição, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, visa ratificar o Convênio de Cooperação ce-

lebrado em 30.06.90, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil, da Governadoria e o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do Estado.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão Geral, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO e ratificação do Convênio, na forma do projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 85/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no município de Palmas, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Coronel Domingos Soares. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 86/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no município de Cerro Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Vila Branca. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 87/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito, tendo em vista a Lei n° 9236, de 30.04.90, que cria o município de Tunas, desmembrado de Bocaiuva do Sul, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 89/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Capivari Cachoeira. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 219/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 85/90), que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de

1991, e dá outras providências. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 396/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria "ad referendum", do resultado do plebiscito o município de Jardim Paulista, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Campina Grande do Sul, com as divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no DA n° 86, de 06.08.90).

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Qual é Projeto que está em discussão agora?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 396/90, folhas 9 do avulso.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Obrigado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 412/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o CURITIBA WOMAN'S CLUB, com sede e foro nesta Capital. Aprovado. (Publ. no DA. n° 88, de 08.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 415/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria "ad referendum", do resultado do plebiscito do Município de Murici, com território desmembrado do Município de São José dos Pinhais. Aprovado. (Publ. no DA. n° 90, de 13.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 423/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 144/90), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Paranaense de Cegos, uma área de aproximadamente 48.400,00 m2, sem benfeitorias, em Campo Comprido, na área que especifica. (Public. no DA. n. 94 de 20.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 425/90, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (Ofício n. 692/90), que objetiva reestruturar o Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 425/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, composto de cargos de provimento em comissão e de provimento efetivo, estes estruturados em classes singulares e em série de classes, passa a ser o constante dos anexos I e III desta Lei, com o respectivo número, denominação, simbologia, classifi-

cação, grupo ocupacional, níveis e referências a que pertencem e vencimento básico, sendo mantidos seus atuais ocupantes e observada a correlação de enquadramento ali prevista.

§ 1º - Os cargos constantes dos Anexos I e II, que não existiam na estrutura anterior, ficam criados por esta lei, com as respectivas denominações, número, simbologia, classificação, níveis, referências, e vencimentos básicos definidos na Tabela anexa, que integra esta lei.

§ 2º - Os direitos e vantagens atribuídos aos cargos da estrutura anterior, estendem-se aos novos cargos com os quais passaram a se identificar ou nos quais foram transformados.

Art. 2º - Os cargos que compõe o Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas se distribuem nos seguintes Grupos Ocupacionais:

GRUPO I - Direção e Assessoramento em Comissão;

GRUPO II - Atividades de Consultoria e Assessoramento Especial;

GRUPO III - Atividades e Assessoramento de Nível Superior,

GRUPO IV - Atividades Diversas de Nível Superior;

GRUPO V - Atividades de Apoio Técnico, Administrativo, e de Controle/Escolaridade: 2º grau;

SUBGRUPO - Atividades de Apoio Administrativo.

Art. 3º - Os atuais cargos efetivos de Consultor Técnico, ocupados por bacharéis em Direito, ficam transformados em cargos de Consultor Jurídico CJ-1/I, mantidos os seus atuais ocupantes, aplicando-se aos mesmos, no que couber, o disposto no Art. 243, § 3º das Disposições Constitucionais Gerais da Constituição Estadual e o art. 9º desta lei.

Art. 4º - O percentual da Verba de Representação estabelecido na Lei n. 9018, de 20 de junho de 1989, passa a ser o mesmo fixado no art. 1º da Lei n. 8931, de 24.01.89.

Parágrafo Único - Aplica-se aos Taquígrafos do Tribunal de Contas, no que couber, a gratificação de verba de representação prevista na Resolução n. 15/90, de 03 de maio de 1990, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 5º - O Tribunal de Contas fixará, anualmente, até 1/3 das vagas existentes nas classes iniciais ou singulares das carreiras constantes do Anexo II, Grupos Ocupacionais II a V desta Lei, para provimento por ascensão funcional.

Parágrafo Único - O restante das vagas será preenchido obrigatoriamente por concurso público de provas ou de provas e títulos, e será objeto de controle por parte do Setor de Pessoal do Tribunal.

Art. 6º - Ascensão funcional, para fins desta Lei, é a passagem do funcionário estável da classe a que pertencer, para cargo inicial ou singular de classe superior, observados os requisitos de habilitação profissional, grau de escolaridade e de especialização, necessários ao desempenho do cargo de maior hierarquia, com mais de cinco anos de efetivo exercício, prestados ao Tribunal de Contas e, no mínimo, dois anos na classe.

§ 1º - Aplica-se ao provimento por ascensão, no que couber, as regras e demais condições previstas na legislação estatutária para a promoção.

§ 2º - A ascensão à classe singular de Revisor Assistente RA-4/1, far-se-á dentre servidores efetivos com formação universitária diversa das previstas no Anexo II, Grupo Operacional III.

Art. 7º - Os atuais servidores pertencentes aos Grupos Ocupacionais II e III, da Lei n. 8.746, de 25.03.88, portadores de diploma de curso superior nas áreas previstas nos GRUPOS OCUPACIONAIS III e IV do Anexo II desta lei, serão enquadrados nas classes iniciais ou nas classes singulares ali especificadas, segundo sua formação universitária.

Parágrafo Único - Os demais servidores com diplomação universitária diversa das identificadas nos Grupos Ocupacionais III e IV do Anexo II, serão enquadrados na classe singular de Revisor Assistente RA-4/I.

Art. 8º - Os valores das gratificações de representação e das funções gratificadas do Tribunal de Contas iguais aos do Poder Executivo - acompanharão as alterações posteriores destes e serão aplicados, pelo Presidente do Tribunal de Contas.

Art. 9º - Fica assegurado aos atuais ocupantes dos cargos definidos no Anexo II, que contem com mais de 05 (cinco) anos ininterruptos de efetivo exercício no Tribunal de Contas, o enquadramento na referência IV prevista na Tabela de Vencimentos anexa, mantidos os enquadramentos decorrentes das leis ns. 8082 de 28 de maio de 1985 e 8746, de 25 de março de 1988.

Art. 10 - A gratificação pelo exercício de encargos especiais, será concedida aos servidores com atribuições de assessoramento direto ao Presidente do Tribunal de Contas ou a seus Conselheiros e outras definidas em Lei ou regulamento, observados os valores praticados pelo Poder Executivo para cargos iguais ou assemelhados, com idênticos efeitos legais.

Art. 11 - Aplicam-se aos inativos os direitos e vantagens decorrentes das transformações e reenquadramentos implementados por esta Lei, inclusive os novos benefícios, respeitado o grau de escolaridade.

dade e a diplomação universitária exigidos para o exercício dos cargos da ativa com os quais mantém correspondência, e o previsto no art. 35, § 3º da Constituição Estadual.

Art. 12 - O Presidente do Tribunal baixará os atos de reclassificação implementadas por esta Lei, observando, além do grau de escolaridade, da diplomação específica para o exercício das funções e do disposto no art. 7º, a seguinte correlação de enquadramento:

I - na classe de Assessor Jurídico AJ-2/I, os atuais Técnicos de Controle TC-I/AI e TC-I/BI, bacharéis em Direito; na classe de Assessor Jurídico AJ-3/I, os atuais Técnicos de Controle TC-I/CI, bacharéis em Direito.

II - na classe de Técnico de Controle Contábil TCC-2/I, os atuais Técnicos de Controle TC-I/AI e TC-IB/I, com formação universitária em Ciências Contábeis; na classe de Técnico de Controle Contábil TCC-3/I, os atuais Técnicos de Controle TC-I/CI, com idêntica formação universitária.

III - na classe de Técnico de Controle Econômico TCE-2/I, os atuais Técnicos de Controle TC-I/AI e TC-I/BI, com formação universitária em Economia; na classe de Técnico de Controle Econômico TCE-3/I, os atuais Técnicos de Controle TC-I/CI, com idêntica formação universitária.

IV - na classe de Técnico de controle Administrativo TCA-2/I, os atuais Técnicos de Controle TC-I/AI e TC-I/BI, com formação universitária em Administração de Em-

presas; na classe de Técnico de Controle Administrativo TCA-3/I, os atuais Técnicos de Controle TC-I/CI, com idêntica formação universitária.

V - na classe de Assessor de Engenharia AE-2/I, os atuais Técnicos de Controle TC-I/AI, TC-I/BI, e TC-I/CI, com formação universitária em Engenharia e Arquitetura.

Art. 13 - Os cargos ocupados pelos servidores que forem enquadrados na forma do art. 7º e parágrafo único desta Lei, ficam extintos.

Art. 14 - Ficam mantidas as disposições das Leis ns. 8082, de 28 de maio de 1985 e 8746, de 25 de março de 1988, que não conflitarem com o disposto nesta Lei, inclusive para os cargos criados e os transformados.

Art. 15 - Os servidores inativos beneficiados pela Lei n. 7077/79 de 03 de janeiro de 1979, terão seus proventos calculados sobre o vencimento do cargo de Técnico de Controle Administrativo TCA-2.

Art. 16 - A remuneração máxima dos servidores do Tribunal de Contas não poderá ser superior ao limite máximo estabelecido para a remuneração dos servidores do Tribunal de Justiça, de acordo com o art. 27, inciso XI da Constituição Estadual.

Art. 17 - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta do Orçamento Próprio do Tribunal de Contas.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO I

GRUPO OCUPACIONAL 1: DIREÇÃO E ACESSORAMENTO, EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ATUALSITUAÇÃO PROPOSTA

Nº	Categorias Funcionais	Simb.	Nº	Categorias Funcionais	Simb.
01	Diretor Geral	DAS-1	01	Diretor Geral	DAS-1
00	-----	----	01	Coordenador Geral	DAS-1
09	Diretor	DAS-3	11	Diretor	DAS-2
01	Inspetor Geral de Controle	DAS-3	00	-----	----
06	Inspetor de Controle	DAS-3	06	Inspetor de Controle	DAS-2
07	Diretor de Gabinete de Cons.	DAS-3	07	Diretor de Gabinete de Cons.	DAS-2
01	Diretor de Gab. da Presidência	DAS-3	01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2
01	Assessor Téc. da Presidência	DAS-3	01	Assessor Téc. da Presidência	DAS-2
07	Assessor Téc. de Conselheiro	DAS-3	07	Assessor Téc. de Conselheiro	DAS-2
04	Coordenador	DAS-4	05	Coordenador	DAS-3
00	-----	----	07	Assistente Téc. de Conselheiro	DAS-4
01	Secretário do Conselho Sup.	2-C	01	Secretário de Sessão	DAS-5
01	Assessor de Gab. da Procuradoria	DAS-5	01	Assessor de Gab. da Procuradoria	DAS-5
07	Assessor de Gab. da Auditoria	DAS-5	01	Assessor de Gab. da Auditoria	DAS-5
01	Assessor Jur. da Diretoria Geral	1-C	01	Assessor Jur. da Diretoria Geral	1-C
01	Chefe de Gab. da Diret. Geral	2-C	01	Chefe de Gab. da Diretoria Geral	1-C
01	Chefe de Gab. da Procuradoria	2-C	01	Chefe de Gab. da Procuradoria	1-C
01	Chefe de Gab. da Auditoria	2-C	01	Chefe de Gab. da Auditoria	1-C
01	Aux. de Gab. da Correg. Geral	5-C	01	Ass. de Gab. da Correg. Geral	1-C
01	Assessor Téc. do Cons. Superior	5-C	01	Assessor Téc. do Cons. Superior	1-C
01	Oficial de Gabinete	2-C	01	Oficial de Gabinete	1-C
07	Oficial de Gab. de Conselheiro	2-C	07	Oficial de Gab. de Conselheiro	1-C
07	Auxiliar de Controle Externo	3-C	07	Auxiliar de Controle Externo	1-C
01	Oficial de Gabinete	3-C	01	Oficial de Gab. da Presidência	1-C
02	Oficial de Gabinete	4-C	02	Oficial de Gabinete	2-C
07	Assistente de Diretoria	4-C	07	Assistente de Diretoria	2-C
01	Aux. de Gab. da Presidência	5-C	01	Aux. de Gab. da Presidência	2-C
07	Aux. de Gab. de Conselheiro	5-C	07	Aux. de Gab. de Conselheiro	2-C
01	Aux. de Gab. da Procuradoria	5-C	01	Aux. de Gab. da Procuradoria	2-C
01	Aux. de Gab. da Auditoria	5-C	01	Aux. de Gab. da Auditoria	2-C
00	-----	---	06	Aux. de Inspeção de Controle	2-C
00	-----	---	01	Aux. de Diretoria	2-C
01	Aux. de Gab. da Diretoria Geral	6-C	01	Aux. de Gab. da Diretoria Geral	3-C
00	-----	---	07	Aux. Técnico de Conselheiro	3-C

ANEXO II

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
			GRUPO OCUPACIONAL II: Atividades de Consultoria e Assessoramento Especial		
Nº de Cargos	Categoria Funcional	Cód/Niv.Ref	Nº de Cargos	Categoria Funcional	Cód./Niv.Ref
22	CONSULTOR TÉCNICO		36	CONSULTOR TÉCNICO	CT-1/I
GRUPO OPERACIONAL I: Assessoramento e Atividades de Nível Superior			GRUPO OCUPACIONAL III: Atividades e Assessoramento de Nível Superior		
44	TÉCNICO DE CONTROLE	TC-I/AI	40	TÉC.CONTROLE CONTÁBIL	TCC-2/I
51	TÉCNICO DE CONTROLE	TC-I/BI	30	TÉC.CONTROLE CONTÁBIL	TCC-3/I
81	TÉCNICO DE CONTROLE	TC-I/CI			
			20	TÉC.CONTROLE ECONÔMICO	TCE-2/I
			20	TÉC.CONTROLE ECONÔMICO	TCE-3/I
			40	ASSESSOR JURÍDICO	AJ-2/I
			20	ASSESSOR JURÍDICO	AJ-3/I
			10	TÉC.CONTROLE ADMINISTRATIVO	TCA-2/I
			10	TÉC.CONTROLE ADMINISTRATIVO	TCA-3/I
			07	ASSESSOR DE ENGENHARIA	AE-2/I
			02	ANALISTA DE SISTEMAS	AS-2/I
			GRUPO OCUPACIONAL IV: Atividades Diversas de Nível Superior		
02	PROGRAMADOR DE COMPUTADOR	PC-IV/AI	00	-----	-----
04	PROGRAMADOR DE COMPUTADOR	PC-IV/BI	00	-----	-----
01	BIBLIOTECÁRIO	BB-III/AI	02	BIBLIOTECÁRIO	BB-4/I
02	BIBLIOTECÁRIO	BB-III/BI			
00	-----	-----	15	REVISOR ASSISTENTE	RA-4/I
02	MÉDICO	MD-II/AI	04	MÉDICO	MD-5/I
02	MÉDICO	MD-II/BI	00	-----	-----
00	-----	-----	03	ODONTÓLOGO	OD-5/I
00	-----	-----	02	PSICÓLOGO	PS-5/I
00	-----	-----	00	-----	-----

A N E X O I I

SITUAÇÃO ATUALSITUAÇÃO PROPOSTA

GRUPO OCUPACIONAL III: Atividades de Nível Médio			GRUPO OCUPACIONAL V: Atividades de Apoio Técnico, Administrativo e de Controle - Escolaridade: 2º Grau		
Nº de Cargos	Categoria Funcional	Cód/Nív.Ref.	Nº de Cargos	Categoria Funcional	Cód/Nív.Ref.
05	TAQUÍGRAFO	TQ-VI/AI	09	TAQUÍGRAFO	TQ-5/I
04	TAQUÍGRAFO	TQ-VI/BI			
02	OPERADOR DE COMPUTADOR	OP-VII/AI	00	-----	-----
04	OPERADOR DE COMPUTADOR	OP-VII/BI	00	-----	-----
50	OFICIAL DE CONTROLE	OC-V/AI	125	OFICIAL DE CONTROLE	OC-6/I
80	OFICIAL DE CONTROLE	OC-V/BI			
45	OFICIAL DE CONTROLE	OC-V/CI			
00	-----	-----	08	PROGRAMADOR DE COMPUTADOR	PC-7/I
35	AUXILIAR DE CONTROLE	AC-VIII/AI	30	AUXILIAR DE CONTROLE	AC-8/I
30	AUXILIAR DE CONTROLE	AC-VIII/BI			
00	-----	-----	25	DATILÓGRAFO	DT-9/I
GRUPO OCUPACIONAL III: Atividades Auxiliares Diversas: 1º Grau			SUBGRUPO OCUPACIONAL: Atividades de Apoio Administrativo		
50	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AD-IX/AI	20	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AD-10/I
60	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AS-IX/BI			
00	-----	-----	08	DIGITADOR DE COMPUTADOR	DC-10/I
00	-----	-----	20	DATILÓGRAFO	DT-11/I
			10	MOTORISTA	MT-11/I
05	TELEFONISTA	TL-X/AI	05	TELEFONISTA	FL-11/I
00	-----	-----			

A N E X O I I I

VENCIMENTOS BÁSICOS - MÊS DE JULHO

NÍV/REF.	R E F E R Ê N C I A S			
	I	I I	I I I	I V
1	28.515,78	32.507,99	37.059,11	42.247,38
2	19.961,05	22.755,59	25.941,38	29.573,17
3	18.820,41	21.455,27	24.459,01	27.883,27
4	17.679,78	20.154,95	22.976,65	26.193,38
5	16.539,15	18.854,63	21.494,28	24.503,48
6	15.398,52	17.554,31	20.011,92	22.813,59
7	14.257,89	16.253,99	18.529,55	21.123,69
8	13.117,26	14.953,68	17.047,19	19.433,80
9	11.976,63	13.653,36	15.564,83	17.743,90
10	10.836,00	12.353,04	14.082,46	16.054,01
11	9.695,37	11.052,72	12.600,10	14.364,21
12	9.125,05	10.402,56	11.858,91	13.519,16

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 426/90, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS (Mensagem n. 779/90), que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 426/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O vencimento básico dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, fica fixado em Cr\$ 99.286,68.

Art. 2° - A revisão dos vencimentos fixado no artigo anterior se fará sempre que ocorrer o aumento geral do funcionalismo e na mesma proporção, não podendo, a qualquer título, ultrapassar o vencimento de Conselheiro.

Art. 3° - O disposto nesta Lei aplica-se aos inativos nos termos do art. 35, § 31 da Constituição do Estado.

Art. 4° - As despesas com a execução desta Lei serão atendidas pela dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas.

Art. 5° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos financeiros, vigoram a partir de 01 de agosto de 1990.

Art. 6° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 093/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de São José dos Pinhais, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de MURICI. **Aprovado.** (Public. no DA. 90, de 13.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 096/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que autoriza a Comissão Executiva, mediante Decreto Legislativo, proceder a alteração na remuneração dos servidores deste poder, respeitadas as disposições constitucionais. **Aprovado.** (Public. no DA. n. 94, de 20.08.90).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n. 2042, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2033, 2035 e 2036, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2027, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2052, 2053, 2054 e 2056, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2057, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, só pediria a Vossa Excelência que requerimentos eventualmente polêmicos Vossa Excelência tornasse mais claro.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Por enquanto não tem nenhum polêmico.

Requerimento de n. 2034, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do regimento interno.

Requerimento de n. 2041, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. **Em discussão.**

Requerimento de n. 2045, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, com apoioamento dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan, Haroldo Rodrigues Ferreira, Rubens Bueno e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Sobre a questão em apreço, nós encerramos neste ano de 1990 uma Comissão Parlamentar sobre a saúde, e estamos no mesmo exercício requerendo uma nova Comissão Parlamentar sobre a mesma matéria e o mesmo assunto. Parece-me que no processo legislativo, Senhor Presidente determina que a apresentação de leis no mesmo processo tenham que ter maioria qualificada. Eu peço vênica a Vossa Excelência.

O SR. HAROLDO FERREIRA - (Pela Ordem) Sobre o que coloca o Deputado Caíto Quintana eu gostaria de lembrar que esta mesma questão de ordem foi colocada quando a CPI da saúde que averiguou as irregularidades do SUDS no Paraná foi extinta e em seguida a Bancada do PMDB criou nova CPI com a finalidade de fazer, inclusive, durante o período de recesso aqui nesta Casa, reuniões sem publicações e praticamente às escondidas nesta Casa, um atestado, entre aspas, de honorabilidade ao ex-Secretário

Delcino Tavares da Silva. Naquela ocasião nós fizemos o mesmo questionamento. Solicito da Mesa que haja no mínimo uma colocação de igualdade, ao que aconteceu anteriormente nesta Casa; se houver procedência do que levanta o nobre Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Respeito a posição do Deputado Haroldo Ferreira, no entanto, naquela oportunidade não se tratou de uma nova CPI. Neste instante nós estamos tratando de uma nova CPI proposta.

O SR. HAROLDO FERREIRA - De uma nova CPI.

O SR. CAÍTO QUINTANA - E, Deputado Haroldo, lhe confesso que não exercia naquele instante a Liderança da Bancada, não participei da CPI, mas, creio que neste instante, levanta-se a questão de ordem com a Mesa Executiva, pela necessidade de quórum qualificado para a reabertura de uma nova CPI, sobre o mesmo assunto no mesmo período legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Procede à questão de ordem, Deputado Caíto Quintana.

A Mesa encaminha ao Deputado autor do Projeto para que complete as 28 assinaturas.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pela ordem, Senhor Presidente.

A questão de ordem levantada pelo Deputado Caíto Quintana à luz da Constituição, não procede, Senhor Presidente, pelo seguinte: a argumentação do Deputado é que já houve matéria semelhante apreciada anteriormente.

O artigo 70 da Constituição diz o seguinte:

"A matéria constante do Projeto de Lei, rejeitada, somente pode constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos Deputados".

Além disto a CPI que está se requerendo agora, não trata do mesmo assunto das anteriores CPIs. É um assunto específico e determinado com relação à gestão da Secretaria de Saúde, do atual Secretário, o Dr. Almeida.

As duas CPIs anteriores foram investigações realizadas durante a gestão do Secretário Delcino Tavares.

Ora, se são dois assuntos diferentes, a Assembléia deve investigar. Se já investigou o primeiro e este segundo, embora na mesma Secretaria, mas, seja assunto que não tem nenhuma vinculação com o anterior, é obrigação e dever da Assembléia fazer a devida investigação.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Parece-me que tem a Bancada da Oposição, neste caso, toda a razão. Eu vi documentação na mão do Senhor Deputado que subscreve o requerimento, mostrando a compra de material cirúrgico e de apoio técnico ao Ministério da Saúde, por um terço do preço no mercado que o material que foi comprado dispensando licitação por três ou quatro vezes mais, o preço do mercado, o preço da Distribuidora Dimax.

Era uma luva cirúrgica, se não me engano, que custa 190 cruzeiros na farmácia, e que o governo do Paraná comprou agora, por perto de 400 cruzeiros.

Então, isto pede da Assembléia urgente intervenção, sobretudo num momento em que não se está contemplando inclusive esta capital, com os recursos necessários de saúde. Dos 36 milhões devidos ao SUS, a Curitiba mensalmente, o Governo do Estado está dando treze milhões, e o povo não pode persistir sendo enganado com o favorecimento de grupos econômicos, e eu acho que interessa à própria Bancada do PMDB, em véspera de eleição, o esclarecimento disso.

Eu vi uma luva cirúrgica de 190 cruzeiros ser comprado a título de dispensa de licitação, por perto de 400 cruzeiros. Eu não tenho o valor exato, mas acho oportuna e necessária a imediata configuração de uma comissão de investigação, porque é o interesse do povo que está em jogo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela ordem, Senhor Presidente.

As colocações do Deputado Rafael Greca além de descabidas na comprovação, transformam a CPI desta Casa, um instrumento maior deste parlamento, numa verdadeira panacéia, em razão de que a Casa venha a abrir uma CPI pura e simplesmente porque o Deputado Rafael Greca achou que uma luva tenha sido comprada por preço maior, que obviamente deve ter tido suas razões.

Mas, o Deputado poderia requerer informações a respeito desta luva, eu me comprometo na condição de Líder do meu Partido do meu governo, de lhe trazer as informações.

Mas, insisto, Senhor Presidente, na mesma CPI, no mesmo período, é quórum qualificado.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, não aceito que seja colocada de maneira frívola a minha observação. Eu tenho documentação aqui do Dr. José Elias Alex Neto mostrando e comprovando a compra irregular a título de dispensa de licitação por motivo de benefício econômico para os cofres do Estado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Ora, Deputado, existem diferenças entre luvas e luvas! Vossa Excelência sabe o que é isto. Ora, pelo amor de Deus, nós estamos tratando de saúde e estamos tratando de qualidade. Vossa Excelência não tem o direito de estar levantando suspeitas infundadas neste Parlamento apenas para média!

O SR. RAFAEL GRECA - ... Há luvas e luvas, vamos investigar para ver se é verdade ou não!

Luvas, sondas compradas pelo quarto do preço, quinto do preço do que normalmente se encontra nas farmácias de Curitiba. E me parece que o mesmo material foi comprado pelo Dr. Aiex, o mesmo material aqui mencionado e aqui especificado foi comprado pelo Dr. Aiex.

De maneira que a Assembléia deve se constituir em comissão para examinar isto e o Deputado Caíto Quintana terá, daí, foros de razão para mostrar que nós estamos enganados, sobejamente enganados.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nobre líder Caíto Quintana está preocupado em que não se esclareçam fatos tão graves na administração deste Estado, mas este Parlamento não pode deixar passar em branco essa situação que hoje é de conhecimento da população do Paraná.

Quando se faz tanta publicidade, tanta propaganda em austeridade e seriedade, nós encontramos, em denúncia formada e fornecida pelo Presidente da Associação Médica Brasileira, graves, tremenda e péssima administração de recursos públicos, especialmente na questão da saúde. Nós temos documentos que comprovam a irregularidade, temos documentos em mãos que nos dão direito a que esta Casa investigue, não só investigue como requeira do Ministério da Saúde, Governo Federal, para que numa auditoria faça uma varredura nos negócios da saúde, neste Estado.

É uma vergonha! Nós precisamos como Parlamentares, imediatamente, nos debruçarmos e tentarmos levantar porque é obrigação nossa esclarecer a opinião pública dos atos de nossos governantes e esta é uma responsabilidade que cabe e está sobre nós nesta tarde.

Por isso, Senhor Líder do PMDB, é que nós queremos a sua aprovação e não só a sua aprovação como a sua assinatura no requerimento desta CPI, que muito vai honrar a seriedade e honestidade nestes nossos dias.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - A propósito de luvas para a estória.

O Governo do Estado veio de comprar cento e dezenove mil pares de luvas cirúr-

gicas esterilizadas, nº 7,5 (sete e meio), marca Johnson & Johnson, Sense firme e Lengruber, ao preço unitário de 313,00 (trezentos e treze cruzeiros) cada luva. Na lista de preços da firma Latex-Lengruber, que está anexa aqui na minha mão no dossier do Dr. Aiex, nós verificamos que o custo dessa luva, na Farmácia Colombo, aqui dentro de Curitiba, é de cento e oitenta cruzeiros. Portanto, há um acréscimo de três vezes o preço da luva cirúrgica.

Parece que o Secretário de Saúde do Paraná, está optando pela saída das ditas "luvas de pelica", para fugir especificamente dos seus elevados objetivos de promover a saúde do povo.

Não se justifica que a Assembléia abra a mão de investigar assunto tão grave.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa mantém a decisão.

Vai devolver o requerimento para o autor para que complete as assinaturas que constitui a maioria da Assembléia.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, embora Vossa Excelência já tenha tomado a decisão, acatando a questão de ordem do Deputado Caíto Quintana, em nome da Bancada do PSDB, eu recorro da decisão de Vossa Excelência ao Plenário, e requeiro que o Plenário aprecie a sua decisão na sua maioria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter a sua decisão de devolução da Comissão Parlamentar de Inquérito, ao autor, para que complete as assinaturas.

Solicita à pessoas estranhas ao Plenário, que por obséquio se retirem.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

Vossa Excelência requereu chamada nominal ou votação nominal?

O SR. NEREU MASSIGNAN - Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, estou elaborando um requerimento para votação nominal do recurso e para adiantar o expediente, então eu requeiro votação nominal e iniciamos

então a votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu apenas quero, respeitando decisão de Vossa Excelência submeter à Mesa, dizer a Vossa Excelência que em matéria regimental é inconstitucional o Plenário consultado não altera aquilo que determina a lei.

De sorte que, nos reservamos o direito de qualquer que seja o resultado desta votação em Plenário, que obviamente a minoria de nós questionarmos a legitimidade da abertura desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que apoiam a decisão da Mesa dirão SIM, Senhores Deputados que não apoiam, dirão NÃO.

Vai-se proceder à chamada nominal e votação nominal dos Senhores Deputados.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu solicito que Vossa Excelência esclareça novamente aos Senhores Deputados a forma de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que apoiam a decisão da Mesa de devolver ao autor do requerimento para complementação e assinatura dirão sim os que não apoiam dirão não.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Pergunto se foi consignado o voto NÃO do Deputado João Arruda?

O SR. 1º SECRETÁRIO - João Arruda não foi consignado o voto NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia a votação: dezessete Senhores Deputados aprovam a decisão da Presidência e dezoito não aprovam.

O Projeto será recebido pela Mesa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu reitero a posição desta Liderança e respeito o Plenário, mas nós iremos questionar as legitimidades da decisão deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento de nº 2050, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimentos de nºs 2031, 2060, 2061, 2062, 2063 e 2064, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2032, de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2037, de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2058, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2065, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2039, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas gostaria de registrar nesta Casa, a pesquisa do IBOPE, efetuada nos Estados brasileiros que demonstra hoje o Governador Álvaro Dias, em 2º lugar no Brasil com 84% das preferências do povo paranaense. Nós queremos registrar nesta Casa, e, ao mesmo tempo, parabenizar o Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para quarta-feira, dia 22, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 386/90; e dos Projetos de Lei nºs 254/86, 134/89, 268/89, 278/89, 190/90, 348/90, 381/90, 383/90, 388/90, 393/90, 394/90, 397/90, 407/90, e 414/90; e dos Projetos de Resolução nºs 12/90, 48/90, 51/90, 80/90, 85/90, 86/90, 87/90 e 89/90.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 371/90 e dos Projetos de Lei

n.ºs 219/90, 396/90, 412/90, 415/90, 423/90, 424/90, 425/90 e 426/90, e do Projeto de Resolução n.º 93/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 313/89, 156/90, 230/90 e 375/90, e dos Projetos de Resolução n.ºs 94/90, 98/90 e 99/90.

Marca ainda uma Sessão Ordinária para a hora regimental, com a seguinte

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 393/90.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 371/90, e dos Projetos de Lei n.ºs 396/90, 423/90, 424/90 e 426/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 323/89, 156/90, 230/90, 375/90, e dos Projetos de Resolução n.ºs 94/90, 98/90 e 99/90.

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a sessão.